

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS DA AMAZÔNIA/MCTI  
Edital nº 5/2026

# PREGÃO ELETRÔNICO

90.004/2026

**CONTRATANTE (UASG)**  
(240105)

## OBJETO

Contratação de serviços contínuos de vigilância patrimonial armada diurna e noturna, com ronda motorizada com moto elétrica, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

## VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 8.508.164,16 (oito milhões, quinhentos e oito mil, cento e sessenta e quatro reais e dezesseis centavos)

## DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 14/07/2026 às 10h (horário de Brasília)

## CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço por grupo

## MODO DE DISPUTA:

aberto e fechado

**TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS**  
**NÃO**

**MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM**  
**NÃO**



Baixe o APP Compras.gov.br  
e apresente sua proposta!

## Sumário

1. DO OBJETO.....	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS .....	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO .....	3
4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO .....	6
5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....	6
6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	9
7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .....	11
8. DA FASE DE JULGAMENTO.....	17
9. DA FASE DE HABILITAÇÃO .....	22
10. DO TERMO DE CONTRATO .....	25
11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	26
12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA.....	26
13. DOS RECURSOS .....	26
14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	28
15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.....	31
16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	31

## **INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS DA AMAZÔNIA**

### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.004/2026** (Processo Administrativo nº 01280.000235/2025-21)

Torna-se público que o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA, por meio da Divisão de Contratações e Importações - DICON, sediado à avenida André Araújo, nº 2936, bairro Petrópolis, CEP nº 69.067-375, na cidade de Manaus/AM, realizará licitação, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

#### **1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de serviços contínuos de vigilância patrimonial armada diurna e noturna, com ronda motorizada com moto elétrica, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em grupo único, formado por 8 (oito) itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

#### **2. DO REGISTRO DE PREÇOS**

2.1. A presente licitação não figura para objeto de contratação por Sistema de Registro de Preços (SRP).

#### **3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da

licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.6.3 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.6.4 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.6.5 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.6.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.7 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.8 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições

análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.8. O impedimento de que trata o item 3.6.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.6.4 e 3.6.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.11. O disposto nos itens 3.6.4 e 3.6.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.13. A vedação de que trata o item 3.7 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

#### **4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO**

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

#### **5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.13.2 deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

5.7. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

5.7.1 A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

5.8. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.8.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.8.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.9. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.9.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.9.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.9.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.6 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.9.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.9.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.9.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.9.10 constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.9.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.10. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

5.11. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4, 5.8 ou 5.10 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.12. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.13. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.14. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.15. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:



5.15.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.15.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.16. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.16.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.16.2 percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.17. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.15 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.18. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.19. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 Valor global do grupo único e dos correspondentes valores unitários dos seus 8 (oito) itens;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1 O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1 No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte não poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, visto que os serviços serão prestados com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão de mão de obra para fins tributários, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar no 123/2006.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

6.13. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas

necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6.14. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

6.15. Os custos mínimos relevantes e demais informações referentes aos benefícios trabalhistas encontram-se definidos no Termo de Referência.

## **7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R\$ 0,05 (cinco centavos de reais).

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

7.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.12.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.12.2 Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.3 Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

7.12.4 No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.12.5 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

7.13.1 Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 5º do artigo 25 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

7.13.2 Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 7.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

7.13.3 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.13.4 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13.5 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.13.6 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.13.7 Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensão e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.20.1 Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

7.20.2 Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

7.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.21.1 Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015).

7.21.2 O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

7.21.3 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.21.4 A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.21.5 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.21.6 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.21.7 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.23. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.23.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.23.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.23.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

7.23.4 declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

7.24. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.24.1 empresas brasileiras;

7.24.2 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.24.3 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.25. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.26. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.26.1 Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

7.26.2 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.26.3 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.26.4 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.26.5 O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.



7.26.6 É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.27. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **8. DA FASE DE JULGAMENTO**

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1 Sicafe;

8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;

8.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP; e

8.1.4 Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1 A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.6.1 Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.8. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:

8.9. Convenção Coletiva de Trabalho 2026/2027 do grupo econômico das Empresas de Vigilância e Segurança do Estado do Amazonas, com abrangência territorial em Itacoatiara/AM, Manaus/AM, Parintins/AM e Presidente Figueiredo/AM (NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: AM000104/2026; DATA DE REGISTRO NO MTE: 06/03/2026; NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR009432/2026; NÚMERO DO PROCESSO: 13621.203340/2026-72; DATA DO PROTOCOLO: 04/03/2026).

8.10. Os acordos, dissídios ou convenções coletivas indicado(s) no subitem acima não é de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado, obedecidos os custos mínimos relevantes fixados pela Administração.

8.11. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.11.1 conter vícios insanáveis;

8.11.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.11.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.11.4 não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.11.5 não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

8.11.6 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.12. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecutibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.13. A inexecutibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

8.13.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.13.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.14. Se houver indícios de inexecutibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.15. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.15.1 Em se tratando de obras e serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

8.15.2 Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

8.15.3 Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

8.15.4 Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

8.15.5 Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

8.16. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.16.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.16.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.17. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.18. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

8.19. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.20. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.21. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.22. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.23. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8.24. No caso de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, o licitante deverá entregar junto com sua proposta de preços, os seguintes documentos:

8.24.1 declaração informando o enquadramento sindical da empresa, a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do instrumento coletivo do trabalho em que se baseia sua proposta;

8.24.2 cópia da carta ou registro sindical do sindicato a qual ele declara ser enquadrado, em razão do regramento do enquadramento sindical previsto na CLT ou por força de decisão judicial;

8.24.3 cópia do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante para a elaboração da planilha de custos e formação de preços que embasam o valor global ofertado; e

8.24.4 declaração de que se responsabiliza nas situações de ocorrência de erro no enquadramento sindical, ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado ou no qual a empresa não tenha sido representada por órgão de classe de sua categoria, que daí tenha resultado vantagem indevida na fase de julgamento das propostas, sujeitando a contratada às sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.25. Na hipótese dos postos de trabalho licitados se distribuírem por território correspondente a mais de uma base sindical da categoria profissional, deverão ser informadas cada uma das normas coletivas utilizadas para o cálculo do custo individual dos postos, a partir da base territorial de cada sindicato.

8.26. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.

8.27. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação concederá o prazo de no mínimo duas horas para readequação da proposta quando esta não

observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.28. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação deve verificar se as previsões do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicados pela Administração estão sendo contempladas na Planilha de Custos e Formação de Preços, em especial, quando o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante for diferente da norma coletiva paradigma utilizada pela Administração.

8.29. Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador, na hipótese de que o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicado pelo licitante estabelecerem valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado como paradigma.

## **9. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.4.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de

habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por meio eletrônico legalmente reconhecido.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

9.10.1 O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência através do e-mail “coatl@inpa.gov.br”, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

9.10.2 Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.11. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.11.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.12.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.13. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.13.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

9.13.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.14. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.14.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.14.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.15. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas, para:

9.15.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.15.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;



9.15.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.15.4 suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.16. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.17. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.13.1.

9.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.20. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.21. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## **10. DO TERMO DE CONTRATO**

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para

que seja assinado digitalmente em até 05 (cinco) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.6.1 A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

10.7. Na contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, será exigida da empresa, como condição para assinatura do contrato, a comprovação de capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974.

10.7.1 Caso se trate da contratação de serviços de vigilância ou transporte de valores com dedicação exclusiva de mão de obra, a empresa deverá comprovar, como condição para assinatura do contrato, que possui capital social mínimo integralizado de acordo com os valores estipulados no art. 14 da Lei n.º 14.967/2024.

10.8. Na contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra para contratos com quantitativo igual ou superior a 25 (vinte e cinco) colaboradores, será exigida da empresa, como condição para assinatura do contrato, a comprovação, nos termos do disposto no art. 6º, caput, inciso XVI, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do emprego de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica, a partir da indicação do órgão responsável pela política pública, em percentual igual ou superior a 8% (oito por cento) das vagas.

## **11.DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

11.1. A presente licitação não figura para objeto de contratação por Sistema de Registro de Preços (SRP).

## **12.DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

12.1. A presente licitação não figura para objeto de contratação por Sistema de Registro de Preços (SRP).

### 13.DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

## 14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

14.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou

adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1 advertência;

14.2.2 multa;

14.2.3 impedimento de licitar e contratar e

14.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2 as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1 Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2 Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade que aqui licita, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas

previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à União.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

14.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

## **15.DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte meio: [dicon@inpa.gov.br](mailto:dicon@inpa.gov.br).

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **16.DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.


16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1 Anexo I - Termo de Referência e seus anexos; e

16.11.2 Anexo II - Minuta de Termo de Contrato.

Manaus, [dia da assinatura eletrônica] de junho de 2026.

Documento assinado digitalmente  
 HENRIQUE DOS SANTOS PEREIRA  
Data: 20/06/2026 06:13:02-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

HENRIQUE DOS SANTOS PEREIRA  
Autoridade competente



INSTIT.NACIONAL DE PESQUISA DA AMAZONIA/MCT

Termo de Referência 6/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
6/2026	240105-INSTIT.NACIONAL DE PESQUISA DA AMAZONIA/MCT	RAIMUNDO OTAIDE FERREIRA PICANCO FILHO	18/06/2026 11:27 (v 0.8)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra	78/2026	01280.0002035 /2025-2

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

N 1.1(Processo Administrativo nº 01280.000235/2025-21)

TERMO DE REFERÊNCIA

1.1.Contratação de serviços contínuos de Vigilância Patrimonial Armada Diurna e Noturna, com Ronda Motorizada moto elétrica, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	POSTOS	QUANTIDADE DE VIGILANTE	VALOR UNITÁRIO POR VIGILANTE	VALOR TOTAL
1	Vigilante Armado - Diurno	23647	Posto/Mês	11	22	R\$ 14.521,16	R\$159.732,76
2	Vigilante Armado - Noturno	23957	Posto/Mês	12	24	R\$ 16.221,92	R\$ 194.663,04
3	Vigilante Armado Lider - Diurno	23647	Posto/Mês	1	2	R\$ 15.296,86	R\$ 15.296,86
4	Vigilante Armado Lider - Noturno	23957	Posto/Mês	1	2	R\$ 17.299,98	R\$ 17.299,98
5	Vigilante Armado Condutor - Diurno	30129	Posto/Mês	1	2	R\$ 15.296,86	R\$ 15.296,86

6	Vigilante Armado Condutor - Noturno	30129	Posto/Mês	1	2	R\$ 17.299,98	R\$ 17.299,98
7	Vigilante Armado Confinamento - Diurno	23647	Posto/Mês	10	20	R\$ 18.887,18	R\$ 188.871,80
8	Vigilante Armado Confinamento - Noturno	23957	Posto/Mês	5	10	R\$ 20.110,48	R\$ 100.552,40
TOTAL MENSAL					42	R\$ 709.013,68	
TOTAL ANUAL (12 MESES)						R\$ 8.508.164,16	

1.1.1. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s).Órgão Gerenciador: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA.

Órgão Gerenciador:					
ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE  DE MEDIDA	REQUISIÇÃO  MÍNIMA	REQUISIÇÃO  Máxima	Quantidade  Total
1	Vigilante Patrimonial Diurno (12x36h)	Posto/Mês	11	11	11
2	Vigilante Líder Diurno (12x36h)	Posto/Mês	1	1	1
3	Vigilante Condutor Diurno (12x36h)	Posto/Mês	1	1	1
4	Vigilante Patrimonial Noturno (12x36h)	Posto/Mês	12	12	12
5	Vigilante Líder Noturno (12x36h)	Posto/Mês	1	1	1
6	Vigilante Condutor Noturno (12x36h)	Posto/Mês	1	1	1
7	Vigilante Confinamento Diurno (15x15 dias)	Posto/Mês	10	10	10
8	Vigilante Confinamento Noturno (15x15 dias)	Posto/Mês	5	5	5
TOTAL DE POSTOS					42

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

#### **Classificação do objeto quanto ao modelo de execução**

1.3. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que é essencial para assegurar a integridade do patrimônio público de forma rotineira e permanente, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o **Estudo Técnico Preliminar conforme Seção 5.2.1.1, apêndice deste Termo de Referência (Anexo I)**

#### **Prazo de vigência**

1.4. O prazo de vigência da contratação é de **um ano, limitado a 1 anos** contados da **assinatura do contrato**, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4.1. **Justificativa do Prazo:** A opção pela vigência inicial de 12 meses fundamenta-se na busca pela segurança na execução contratual. Sendo este um serviço essencial de vigilância com dedicação exclusiva de mão de obra, a Administração entende que o prazo anual permite uma avaliação mais criteriosa do desempenho técnico e operacional da contratada antes de comprometer o órgão por períodos mais extensos. Tal medida garante que a continuidade do vínculo nos anos seguintes esteja estritamente atrelada à qualidade comprovada do serviço e à manutenção da vantajosidade econômica para o INPA.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.1.2. A presente contratação justifica-se em razão da necessidade de assegurar a cobertura contínua e especializada dos serviços de vigilância armada no âmbito do INPA, considerando a diversidade de seus ativos e ambientes operacionais.

2.1.3. O Instituto dispõe atualmente de 42 postos de trabalho, demandando um contingente total estimado de 84 vigilantes, distribuídos estrategicamente entre o Campus Urbano, Reservas, Estações Experimentais, Bases Remotas, flutuantes e demais unidades administrativas, observadas as especificidades de cada localidade quanto à demanda por serviços de vigilância, exigindo soluções adaptadas em logística específica para cada contexto operacional e ambiental.

2.1.4. As atividades desenvolvidas pelo INPA envolvem pesquisa científica de ponta, guarda e manutenção de patrimônio público de elevado valor material e imaterial, incluindo equipamentos laboratoriais, acervos científicos, bases de dados, veículos oficiais e infraestrutura estratégica.

2.1.5. A interrupção ou deficiência na prestação dos serviços de segurança comprometeria diretamente a integridade física das pessoas que frequentam as instalações — servidores, colaboradores, estudantes e visitantes — bem como a continuidade das atividades institucionais.

2.1.6. As unidades do Instituto estão situadas, em sua maioria, em áreas ambientalmente sensíveis, sujeitas a invasões, desmatamento ilegal, focos de incêndio criminoso e outras atividades ilícitas, circunstâncias que elevam significativamente os riscos à integridade patrimonial e institucional.

2.1.7. A contratação mostra-se, portanto, essencial para mitigar riscos de incidentes, furtos, roubos, vandalismo, invasões, crimes ambientais e demais ameaças que possam comprometer a segurança institucional e a execução das atividades finalísticas do INPA, configurando-se como medida permanente e indispensável à manutenção de suas operações.

2.2. O objeto da contratação está previsto no **Plano de Contratações Anual 2026**, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 01263896000164-0-000009/2026

II) Data de publicação no PNCP: 13/05/2026;

III) Id do item no PCA: 104;

IV) Classe/Grupo: 852;

V) Identificador da Futura Contratação: 240105-78/2026;

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (**Anexo I**), **apêndice deste Termo de Referência, especialmente na Seção 7.1.**

3.2. A solução de segurança proposta para o INPA é um modelo híbrido e adaptável, que integra diferentes abordagens de vigilância para atender à complexidade e diversidade de seus ambientes operacionais, incluindo:

3.3. Vigilância Urbana Integrada e Taticamente Aprimorada: Nos campi de Manaus, com postos fixos estratégicos, controle de acesso e rondas motorizadas utilizando motos elétricas para mínimo impacto ambiental e sonoro, com uso de armamento permitido de maior capacidade de resposta tática.

3.4. Vigilância Ambiental Especializada: Na Reserva Adolpho Ducke, a vigilância ambiental será direcionada prioritariamente à proteção integral do ecossistema e das áreas destinadas à pesquisa científica. As ações de patrulhamento serão planejadas e executadas de forma adaptada às características específicas do terreno, garantindo cobertura eficiente e mitigação de riscos ambientais e antrópicos. Nas demais reservas e bases florestais, a vigilância seguirá as mesmas diretrizes gerais de proteção e monitoramento, observando rigorosamente as particularidades de cada localidade. Serão considerados fatores como topografia, biodiversidade, intensidade de uso humano e vulnerabilidades específicas, de modo a assegurar a efetividade das medidas de preservação e a integridade das atividades de pesquisa e conservação.

3.5. Vigilância em Confinamento com Suporte Logístico Completo e Preparo para Emergências: Para estações, bases remotas e bases flutuantes, operando em regime de confinamento, a contratada terá responsabilidade integral pela logística de suporte, contemplando: Transporte terrestre com utilização de veículos tracionados 4x4, adequados às condições de acesso em áreas rurais e de difícil mobilidade; Transporte marítimo específico para atendimento às bases flutuantes, garantindo abastecimento e deslocamento seguro das equipes; Suprimento de alimentação, incluindo gás GLP (13 kg) para preparo de refeições, fogão de 4 bocas e utensílios de cozinha básicos; Acomodação em campo, mediante disponibilização de redes para pernoite, assegurando condições mínimas de descanso às equipes em confinamento; Capacitação obrigatória em curso de brigadista, garantindo preparo técnico para resposta imediata a situações de emergência, como incêndios florestais, acidentes e primeiros socorros; Exigência adicional para a Base do Cuieiras: Além das obrigações acima descritas, a contratada deverá fornecer combustível (gasolina e/ou diesel) destinado à geração de energia elétrica, assegurando a conservação adequada dos alimentos dos vigilantes em regime de confinamento.

3.6. Tecnologia e Sustentabilidade: Priorização de tecnologias de baixo impacto ambiental (motos elétricas) e adoção de práticas sustentáveis em todas as operações, desde o consumo de recursos até o descarte de resíduos.

### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

#### Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU e **nas diretrizes da Seção 5.4 do ETP:**

4.1.1. Mobilidade Sustentável: Uso obrigatório de motocicletas elétricas para patrulhamento na área de floresta do Campus 1, visando redução de ruído, eliminação de emissões poluentes e promoção da eficiência energética.

4.1.2. Admissão do uso de veículos eficientes que respeitem os critérios do Programa de Controle da Poluição por Veículos Automotores (PROCONVE) Programa de Controle da Poluição do Ar por Motociclos e Veículos Similares (PROMOT) e movidos a biocombustível.

4.1.3. Incentivo ao uso de bicicletas para rondas em pequenas distâncias, sempre que possível, evitando veículos motorizados.

4.1.4. Gestão de Recursos e Resíduos: Promoção de cursos de educação e formação sobre práticas socioambientais, com foco na economia de energia e água, e na redução da geração de resíduos sólidos.

4.1.5. Priorização de equipamentos e materiais de comunicação (rádios, lanternas) que sejam modelos de menor impacto ambiental.

4.1.6. Uso mandatório de pilhas recarregáveis e observância da Resolução CONAMA nº 401/2008 para aquisição e descarte de pilhas e baterias, respeitando os limites de metais pesados.

4.1.7. Eliminação do uso de copos descartáveis na prestação de serviços nas dependências do órgão entidade.

4.1.8. Destinação ambientalmente adequada de todos os materiais e equipamentos utilizados na prestação de serviços.

4.1.9. Gestão de Emergências: A Contratada deve administrar eficazmente situações emergenciais de acidentes e princípios de incêndio, mitigando impactos aos empregados, usuários e ao meio ambiente.

4.1.10. A Contratada é incentivada a propor e implementar soluções inovadoras para Inovação Operacional: a segurança, como tecnologias de monitoramento de baixo impacto ambiental e otimização de rotas de patrulhamento.

#### **Indicação de marcas ou modelos**

4.2. Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares.

4.2.1. Motocicletas elétricas para patrulhamento na área de floresta do Campus 1, visando a redução de ruído, a eliminação de emissões poluentes e a promoção da eficiência energética.

4.2.2. Armamento de uso permitido que ofereça maior capacidade de resposta tática e segurança para o vigilante, com preferência por pistolas em detrimento de revólveres, fundamentada em incidentes passados e na maior agilidade, capacidade de munição e facilidade de recarga das pistolas.

#### **Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço**

4.3. Não aplicável. O foco é na exigência de características e modelos específicos que atendam aos requisitos de sustentabilidade e segurança, e não na vedação de marcas.

#### **Da exigência de carta de solidariedade**

4.4. Em caso de fornecedor, revendedor ou distribuidor, será exigida do licitante/interessado provisoriamente classificado em primeiro lugar, nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

#### **Subcontratação**

4.5. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **Garantia da contratação**

4.6. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (**cinco** por cento) do valor **total** da contratação, conforme Anexo VII-F, item 3.1 da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017.

4.7. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.7.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.7.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.7.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.7.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.7.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.8. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.9. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.10. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.11. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.11.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.12. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.12.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.12.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

4.12.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

4.13. A apólice do seguro-garantia ou a fiança bancária deverá ter cobertura para o pagamento direto ao empregado das verbas devidas em razão da inadimplência do Contratado.

4.13.1 O pagamento direto não pode estar condicionado ao trânsito em julgado de decisão judicial, sendo suficiente decisão definitiva em processo administrativo, que apure o montante devido.

4.14. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.15. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.16. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

4.17. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.17.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.17.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.18. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.18.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.18.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.19. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.19.1. Em se tratando de serviços executados com dedicação exclusiva de mão de obra, a garantia somente será liberada ante a comprovação de que o Contratado pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;

4.19.2. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;

4.19.3. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços Contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.

4.20. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.21. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.22. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

## Vistoria

4.23. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das **08** horas às **17** horas.

4.24. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.25. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.26. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.27. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

## Instalação de escritório

**4.28.** Considera-se imprescindível para a adequada execução dos serviços contratados que o fornecedor possua ou venha a instalar escritório contendo estrutura administrativa mínima, no município de **Manaus/AM**, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar (na seção 7.4.6), o que deverá ser comprovado apartir da assinatura do contrato.

## Margem de Preferência

4.29. O objeto da contratação enquadra-se na margem de preferência.

4.29.1. Considerando a natureza contínua, integrada e indivisível dos serviços de vigilância patrimonial armada, bem como a necessidade de cobertura ininterrupta dos postos, gestão operacional centralizada, emprego de mão de obra especializada, utilização de armamento, logística para postos remotos em regime de confinamento e elevado grau de responsabilidade operacional, não se mostra tecnicamente viável a aplicação dos benefícios previstos nos arts. 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006, nos termos do art. 49 do referido diploma legal, sob pena de comprometimento da padronização, da eficiência, da economicidade e da continuidade dos serviços.

# 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

5.1.1.A execução do objeto seguirá a dinâmica de postos de trabalho, conforme detalhado (conforme Seção 7. do ETP), que prevê um serviço de vigilância patrimonial armada diurna e noturna para atendimento aos diversos ambientes do INPA. Em sua totalidade, a solução demandará, 42 postos de trabalho implicando a alocação de 84 vigilantes para assegurar a cobertura contínua e ininterrupta.

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

5.1.3. Vigilância Patrimonial Armada Diurna e Noturna: Rondas ostensivas, controlar o acesso de veículos e pessoas, manutenção da ordem pública, prevenção e repressão de atos ilícitos (furtos, roubos, vandalismo, invasões, crime ambiental).

5.1.4. Ronda Motorizada (moto elétrica): Patrulhamento em áreas específicas, como a floresta do Campus 1 (Bosque da Ciência), com baixo impacto ambiental e sonoro.

5.1.5. Postos de Trabalho: Conforme tabela de itens, com escalas de 12x36h para Campi Urbanos, e 15x15 dias para Estações e Bases Remotas em regime de confinamento.

5.1.6. Logística de Confinamento: Para estações, bases remotas e bases flutuantes, operando em regime de confinamento, a contratada terá responsabilidade integral pela logística de suporte, contemplando: Transporte terrestre com utilização de veículos tracionados 4x4, adequados às condições de acesso em áreas rurais e de difícil mobilidade; Transporte marítimo específico para atendimento às bases flutuantes, garantindo abastecimento e deslocamento seguro das equipes; Suprimento de alimentação, incluindo gás GLP (13 kg) para preparo de refeições, fogão de 4

bocas e utensílios de cozinha básicos; Acomodação em campo, mediante disponibilização de redes para pernoite, assegurando condições mínimas de descanso às equipes em confinamento; Capacitação obrigatória em curso de brigadista, garantindo preparo técnico para resposta imediata a situações de emergência, como incêndios florestais, acidentes e primeiros socorros; Exigência adicional para a Base do Cuieiras: Além das obrigações acima descritas, a contratada deverá fornecer combustível (gasolina e/ou diesel) destinado à geração de energia elétrica, assegurando a conservação adequada dos alimentos dos vigilantes em regime de confinamento.

5.1.7 Qualificações Específicas: Vigilantes com curso de formação e reciclagem atualizados, registro ativo no DPF e CNV válida.

5.1.8. Cronograma de realização dos serviços:

### **Local e horário da prestação dos serviços**

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço:

5.3. Campi Urbanos (Manaus):

Campus 1 (área de 256.736,49 m², incluindo floresta): 6 postos, escala 12x36h (diurno e noturno).

Campus 2 (área de 48.637,44 m²): 4 posto, escala 12x36h (diurno e noturno).

Campus 3 (área de 75.000,00 m²): 5 posto, escala 12x36h (diurno e noturno).

5.3.1. Reserva Adolpho Ducke Rodovia AM 010 (Manaus – Itacoatiara): Área total de 100.000.000,00 m², com foco na preservação ambiental.

5.3.2. Estações e Bases Remotas em Regime de Confinamento: Estes locais exigem vigilância contínua em áreas de difícil acesso, com foco na proteção de pesquisas e infraestrutura em ambientes isolados, demandando logística complexa para o pessoal. O regime de operação é de 15 dias de trabalho por 15 dias de descanso, com turnos de 12 horas (diurno e noturno), e cada posto demanda 2 vigilantes em regime de revezamento (um diurno e um noturno), totalizando 4 vigilantes por posto por mês, com troca de pessoal a cada 15 dias sob responsabilidade da contratada. Detalhes específicos incluem:

5.3.3. Estação Experimental Hortaliça: Serão alocados 1 vigilantes, em escala 12x36h (noturno), O posto funcionará em regime contínuo no período noturno, assegurando o monitoramento das instalações, o controle de acesso e a preservação do patrimônio da estação. vigilantes dedicados a esta estação, garantindo cobertura contínua.

### **Rotinas a serem cumpridas**

5.3.5. A execução contratual observará as rotinas também em anexo, conforme detalhado no ETP (conforme Seção 7.), incluindo, mas não se limitando a:

5.3.6. Rondas ostensivas e preventivas.

5.3.6. Controle de acesso de pessoas e veículos.

5.3.7. Fiscalização de áreas internas e externas.

5.3.8. Atendimento a ocorrências e emergências.

5.3.9. Preenchimento de relatórios e registros de ocorrências.

5.3.10. Manutenção da ordem e segurança no ambiente de trabalho.

### **Materiais a serem disponibilizados**

5.4. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

5.4.1. Uniformes e Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados, sem ônus para o empregado.

5.4.2. Armamentos de uso permitido aos vigilantes ( **conforme Seção 11.4.1 do ETP**), com manutenção e revisão periódicas (a cada 90 dias)

4.2.1. A contratada deverá comprovar, antes do início da execução dos serviços e sempre que solicitado pela fiscalização, a disponibilidade e regularidade dos armamentos, munições e coletes balísticos necessários à execução contratual, em quantitativo compatível com os postos de serviço contratados.

5.4.3. Motocicletas elétricas para patrulhamento em áreas específicas, **conforme Seção 15.2.1.1.1.1.1. do ETP**.

5.4.4. Equipamentos de comunicação (rádios, lanternas) que priorizem modelos de menor impacto ambiental.

5.4.5. Pilhas recarregáveis.



5.4.6. Demais materiais e equipamentos necessários à execução dos serviços de vigilância patrimonial.

### Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.5. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.5.1. **Custo Unitário por Vigilante:** Detalhamento dos componentes de custo (salário-base, adicionais de periculosidade, noturno, hora noturna reduzida, adicionais de função, prêmio de assiduidade, auxílio alimentação, plano de saúde e odontológico, seguro de vida, uniformes, equipamentos, cota de aprendizagem, INSS, FGTS, 13º salário, férias, afastamento maternidade, provisão para rescisão, custo de reposição de profissional ausente, custos indiretos, tributos e lucro).

5.5.2. Regimes de Trabalho Específicos: Considerar os custos adicionais para vigilantes em regime de confinamento (Percentual Regional Indenizatório de Confinamento de 25% sobre o salário-base e auxílio-alimentação dobrado) e para vigilantes fluviais (adicional fluvial de 40% sobre o piso do Vigilante Patrimonial).

5.5.3. CCT 2026/2027: A proposta deve estar em conformidade com a Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) dos Vigilantes do Amazonas (SINDESP-AM e SINDEVAM), incluindo o piso salarial de R\$ 1.828,81 (a partir de 01/02/2026) e reajuste salarial de 4,50%.

5.5.4. Expansão da Demanda: A proposta deve contemplar a expansão das operações do INPA e a implementação de postos em regime de confinamento (Base LBA), conforme a Seção 9.3 do ETP, que impactam significativamente os valores.

5.5.5. **Enquadramento Sindical e Responsabilidade:** Em observância ao Acórdão TCU nº 1207/2024-Plenário, os licitantes deverão apresentar, junto à proposta:

a) incluir a obrigação de envio junto com a proposta adesão a CCT e categoria, declaração informando o enquadramento sindical da empresa, a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do instrumento coletivo do trabalho em que se baseia sua proposta;

b) exigência para que o licitante apresente cópia da carta ou registro sindical do sindicato a qual ele declara ser enquadrado, em razão do regramento do enquadramento sindical previsto na CLT ou por força de decisão judicial;

c) responsabilidade da empresa licitante nas situações de ocorrência de erro no enquadramento sindical, ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado ou no qual a empresa não tenha sido representada por órgão de classe de sua categoria, que daí tenha resultado vantagem indevida na fase de julgamento das propostas, sujeitando a contratada às sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei 14.133/2021;

d) responsabilidade exclusiva da empresa contratada pelo cometimento de erro ou fraude no enquadramento sindical e pelo eventual ônus financeiro decorrente, por repactuação ou por força de decisão judicial, em razão da necessidade de se proceder ao pagamento de diferenças salariais e de outras vantagens, ou ainda por intercorrências na execução dos serviços contratados, resultante da adoção de instrumento coletivo do trabalho inadequado;

e) aderência à convenção coletiva do trabalho à qual a proposta da empresa esteja vinculada para fins de atendimento à eventual necessidade de repactuação dos valores decorrentes da mão de obra, consignados na planilha de custos e formação de preços do contrato, em observância ao disposto no art. 135, inciso II, da Lei 14.133/2021.

### Especificação da garantia do serviço

5.6. O prazo de garantia dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

### Uniformes

5.7. Os uniformes a serem fornecidos pelo Contratado a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:

5.7.1. O uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário:

5.7.2. 2 (dois) conjuntos completos ao empregado no início da execução do contrato, devendo ser substituído 01 (um) conjunto completo de uniforme a cada 06 (seis) meses, ou a qualquer época, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, após comunicação escrita do Contratante, sempre que não atender as condições mínimas de apresentação;

5.7.3 As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, seguindo os seguintes parâmetros mínimos: tecido resistente, costura reforçada, cores padronizadas];

5.7.4. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;

5.7.5. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

### **Procedimentos de transição e finalização do contrato**

**5.8.** Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:

5.8.1. Adequação dos recursos materiais e humanos necessários à continuidade do serviço por parte da Administração ou de nova contratada.

5.8.2. Transferência final de conhecimentos sobre a execução e a manutenção do serviço.

5.8.3. Devolução ao órgão ou entidade dos equipamentos, espaço físico, crachás, dentre outros.

5.9.4. Outras providências que se apliquem para garantir a continuidade e a qualidade dos serviços.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Preposto**

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período da vigência do contrato.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

### **Rotinas de Fiscalização**

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

### **Fiscalização Técnica**

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

6.16.1. Verificação da conformidade dos serviços prestados com as especificações técnicas do TR.;

6.16.2. Aferição do cumprimento dos indicadores de desempenho estabelecidos no IMR.;

6.16.3. Monitoramento da utilização de materiais e recursos humanos exigidos, incluindo motos elétricas e armamentos.

6.16.4. Verificação das qualificações e habilitações dos vigilantes (CNV, brigadista);

6.16.5. Acompanhamento das rondas e do controle de acesso;

6.16.6. Análise de relatórios de ocorrências e incidentes.

6.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.18. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.19. Para a compensação da jornada prevista no Decreto 12.174, de 2024, e na Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024, na hipótese de os trabalhadores prestarem serviços para unidades distintas, caberá ao fiscal setorial fazer a interlocução com os responsáveis pelas unidades de execução onde o trabalhador presta os serviços, para o fim da avaliação sobre a compensação pretendida. Em não havendo designação de fiscal setorial, a competência recairá no fiscal técnico.[A4]

6.20. O controle das horas compensadas será feito por meio de registros decorrentes do ponto eletrônico da contratada ou outros meios admitidos pela legislação trabalhista.

6.21. O fiscal técnico deverá incluir no relatório mensal ou no termo de recebimento provisório a informação consolidada sobre compensação de jornada pelos trabalhadores alocados no contrato.

6.22. Caso o período de ausência corresponda a um dia de trabalho, o fiscal observará se foi efetuado o desconto do pagamento do vale transporte na fatura apresentada pela contratada, exceto quando a compensação recair em um dia no qual o trabalhador não exerceria suas atividades.

6.23. O desconto do valor referente ao vale-alimentação só deverá ser realizado se as horas de ausência não venham a ser compensadas posteriormente e a convenção coletiva ou o acordo coletivo aplicável estabelecer que o benefício está vinculado ao dia trabalhado.

6.24. Caso a ausência seja parcialmente compensada, o desconto do valor do vale alimentação será proporcional ao período não compensado.

6.25. Na hipótese de diminuição excepcional e temporária dos serviços, inclusive em razão de recesso de final de ano, o fiscal do contrato, apoiado na decisão do gestor de realizar escalas de revezamento dos trabalhadores, conferirá se a escala apresentada atende às necessidades de manutenção dos serviços de cada unidade, dando ciência ao gestor do contrato.

6.26. O total de horas calculadas para o recesso deverá ser compensado a partir da fixação da escala de revezamento, com cumprimento integral até o mês subsequente ao do recesso.

6.27. O fiscal técnico deverá elaborar o termo de recebimento provisório, com as seguintes informações:

6.27.1. se o saldo de horas se encontra positivo, caso ainda não usufruído o recesso;

6.27.2. se o recesso foi parcialmente compensado, caso o recesso tenha sido usufruído, mas a compensação não tenha sido concluída;

6.27.3. se o recesso foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou

6.27.4. se há saldo em aberto, com sugestão de glosa no pagamento da fatura, caso a compensação não tenha sido concluída até o mês imediatamente subsequente ao recesso.

6.28. Quando o trabalhador manifestar interesse na compensação de jornada por necessidade de ausência eventual, deverão ser realizadas as seguintes ações:

6.29. Neste caso, o fiscal do contrato poderá efetuar o recebimento provisório, informando o saldo de horas a compensar para fins de controle, sem indicação de glosa.

6.30. O fiscal técnico deverá elaborar o termo de recebimento provisório com as seguintes informações:

6.30.1. se o saldo de horas objeto do recebimento anterior foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou

6.30.2. se o saldo de horas não foi integralmente compensado, com a sugestão de glosa no pagamento da fatura.

#### **Fiscalização Administrativa**

6.31. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.32. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.33. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas, conforme Seção 10 do Anexo VIII-B da IN 05/2017:

6.33.1. Fiscalização inicial: Elaboração de planilha-resumo de todo o contrato, fiscalização por amostragem das CTPS, verificação de conformidade de número de terceirizados por função e salário com o contrato e CCT, verificação de condições insalubres/perigosas, apresentação de documentação inicial (relação de empregados, CTPS, exames admissionais, declaração de responsabilidade exclusiva).

6.33.2. Fiscalização mensal: Retenção de contribuição previdenciária (11% sobre o valor da fatura) e impostos incidentes, consulta ao SICAF, exigência de CND, CRF, CNDT, comprovação de reserva de cargos para PcD.

6.33.3. Fiscalização diária: Evitar ordens diretas aos terceirizados (solicitações ao preposto), evitar alterações na forma de prestação do serviço (exceto gestão e acompanhamento de garantias trabalhistas), conferir por amostragem empregados e jornada.

6.33.4. Fiscalização procedimental: Observar data-base da CCT, reajustes, concessão de férias e licenças, estabilidade provisória.

6.33.5. Fiscalização por amostragem: Solicitar aos empregados verificação de recolhimento de contribuições previdenciárias e FGTS, extratos do FGTS.

6.34. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

6.35. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:

6.35.1. No caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

6.35.1.1. no primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

6.35.1.1.1. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

6.35.1.1.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada;

6.35.1.1.3. exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços; e

6.35.1.2. entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF):

6.35.1.2.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

6.35.1.2.2. certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do Contratado;

6.35.1.2.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

6.35.1.2.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

6.35.1.3. entrega, quando solicitado pelo Contratante, de quaisquer dos seguintes documentos:

6.35.1.3.1. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração Contratante;

6.35.1.3.2. cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a parte contratante;

6.35.1.3.3. cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

6.35.1.3.4. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado;

6.35.1.3.5. comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato; e

6.35.1.3.6. documentos comprobatórios de que o capital social integralizado da empresa é compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974.

6.35.1.4 entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

6.35.1.4.1. termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

6.35.1.4.2. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

6.35.1.4.3. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;

6.35.1.4.4. exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

6.36. Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no item 6.35.1.1 acima deverão ser apresentados.

6.37. A Administração deverá analisar a documentação solicitada no item 6.35.1.4 acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

6.38. A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.

6.39. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.

6.40. Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.

6.41. Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.

6.42. No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais Cíveis de Interesse Público (Oscip's) e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

6.43. Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.

6.44. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficiar à Receita Federal do Brasil (RFB).

6.45. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficiar ao Ministério do Trabalho.

6.46. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo Contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções. Administração Contratante poderá conceder um prazo para que o Contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.

6.47 A Administração Contratante poderá conceder um prazo para que o Contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.

6.48. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, o Contratante comunicará o fato ao Contratado e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

6.49 Não havendo quitação das obrigações por parte do Contratado no prazo de quinze dias, o Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados do Contratado que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

6.50. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pelo Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.

6.51. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre o Contratante e os empregados do Contratado.

6.52. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pelo Contratado, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

6.53. O Contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

6.54. A inadimplência do Contratado quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

6.55. A fiscalização administrativa observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, cuja incidência se admite por força da Instrução Normativa Seges/Me nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.56. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

6.57. A fiscalização administrativa verificará a possibilidade de compensação de jornada de trabalho, que poderá ser adotada nas seguintes hipóteses:

6.57.1 diminuição excepcional e temporária da demanda de trabalho na unidade de execução, inclusive na hipótese de recesso de final de ano, quando houver; e

6.57.2. necessidade eventual de caráter pessoal dos trabalhadores, em que não se mostre eficiente ou conveniente convocar trabalhadores substitutos.[A10]

6.58 As compensações de jornada limitam-se:

6.58.1 à jornada diária máxima de 10 (dez) horas; e

6.58.2. ao acréscimo de 2 (duas) horas à jornada diária do trabalhador.

6.59 A compensação de jornada depende do interesse manifestado pelo trabalhador e da avaliação do responsável pela unidade de execução.

6.60. A fiscalização administrativa acompanhará o planejamento e a programação das férias dos colaboradores terceirizados alocados no contrato, a serem realizados pela contratada, a fim de assegurar a previsibilidade da época de gozo das férias, como previsto no inciso I do art. 3º do Decreto n.º 12.174, de 11 de setembro de 2024, nos termos da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 29 de maio de 2025.

6.61. A programação da fruição das férias será realizada com, no mínimo, sessenta dias de antecedência ao término do período aquisitivo, salvo quando o período aquisitivo se encerrar nos primeiros noventa dias da vigência contratual.

6.62. A contratada poderá solicitar reunião com a fiscalização contratual, antes da definição da programação da fruição das férias, para dirimir eventuais dúvidas sobre as rotinas da prestação de serviço estabelecidas neste Termo de Referência.

6.63. O planejamento será formalizado por meio do relatório de programação de férias, no qual será informada a época de fruição de férias de cada colaborador terceirizado.

6.64. O relatório de programação das férias conterá a relação dos colaboradores terceirizados alocados no contrato, cargo ou função, data de admissão e alocação no posto e informações sobre as férias, incluindo as datas de início e fim do período aquisitivo, do período concessivo e da fruição das férias, caso já estejam programadas, bem como o parcelamento dos períodos de férias, se houver.

6.65. A contratada deverá enviar à fiscalização administrativa:

6.65.1. até o quinto dia útil de cada mês, a partir do segundo mês da execução contratual, o relatório de programação das férias dos colaboradores terceirizados, observados os prazos do art. 5º da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 2025;

6.65.2. em até 5 dias úteis após a ciência do colaborador terceirizado, o recibo de concessão de férias, conforme o art. 135 da CLT e o inciso IV do art. 50 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

6.66. O planejamento e a programação deverão garantir que as férias sejam fruídas, sempre que a vigência contratual permitir, dentro de doze meses, contados a partir da data do direito adquirido, conforme o art. 134 da CLT, de modo a mitigar as ocorrências de pagamento indenizado, observado o disposto no art. 8º da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 2025.

6.67. Após a programação das férias, eventuais alterações deverão ser comunicadas à fiscalização administrativa com, no mínimo, noventa dias de antecedência do início da fruição das férias, mediante justificativa, indicando-se, para tanto, um dos motivos elencados no parágrafo único do art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 2025.

## Gestor do Contrato

6.68. Cabe ao gestor do contrato:

6.68.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.68.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.68.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.68.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.68.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.68.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.68.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.68.8 receber e dar encaminhamento imediato:

6.68.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto nº 12.174/2024;

6.68.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

6.69. Para os períodos de diminuição excepcional e temporária de trabalho, inclusive em razão de recesso de fim de ano, o gestor avaliará a conveniência e oportunidade de elaboração de escalas de revezamento dos trabalhadores, comunicando a todas as unidades sobre a possibilidade e os requisitos para concessão (artigo 11 da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024).

## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo V-B da IN 05/2017, para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a contratada:

7.3.1. não produziu os resultados acordados,

7.3.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.3.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.4. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.5. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.5.1. Qualidade dos serviços: Aferida por meio de indicadores objetivos de desempenho, como tempo de resposta a ocorrências, conformidade com as rotinas estabelecidas, e satisfação do usuário.

7.5.2. Disponibilidade da mão de obra: Verificação da presença e qualificação dos vigilantes nos postos de trabalho.

7.5.3. Conformidade com as exigências legais e contratuais: Cumprimento das obrigações trabalhistas, fiscais, previdenciárias, ambientais e sociais (cotas).

7.5.4. Utilização de equipamentos e materiais: Verificação da adequação e funcionamento dos equipamentos (motos elétricas, armamentos, EPIs).

## **Recebimento**

7.6. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 15 ( quinze) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.7 O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.8. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.9. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.10. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.11. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período mensal.

7.12. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.12.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.12.2. o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

7.13. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.14. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.15. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.16. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.17. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.18. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.19. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.19.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.19.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.19.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.19.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.



7.19.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.20. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.21. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.22. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Liquidação**

7.23. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.24. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.25. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

I) o prazo de validade;

II) a data da emissão;

III) os dados do contrato e do órgão contratante;

IV) o período respectivo de execução do contrato;

V) o valor a pagar; e

Vi) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.26. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.27. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.28. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.28.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.28.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.29. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.30. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.31. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.32. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

7.33. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.34. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária conforme formula abaixo:

7.34.1. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros demora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

7.34.1.1  $EM = I \times N \times VP$ , sendo: EM = Encargos moratórios;

7.34.1.2. N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

7.34.1.3. VP = Valor da parcela a ser paga.

7.34.1.4. I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

7.34.1.5.  $I = (TX) I = (6/100)/365 I = 0,00016438$

7.34.1.6. TX = Percentual da taxa anual = 6% Anexo XI, da Instrução Normativa nº 05, de 26 de maio de 2017.

7.34.2. IN 98/2022 : Art. 1º Fica autorizada a aplicação da Instrução Normativa nº 5 de 26 de maio de 2017, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, no que couber, para a realização dos processos de licitação e de contratação direta de serviços de que dispõe a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

### **Forma de pagamento**

7.35. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.36. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.37. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.37.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.38. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Antecipação de pagamento**

7.39. A presente contratação Não permite a antecipação de pagamento, considerando a natureza do serviço e a ausência de justificativa no ETP para modalidade.

### **Repactuação**

7.40. Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação do Contratado, conforme Art. 54 da IN 05/2017.

7.40.1. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

7.50.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

7.50.2. Para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta.

7.51. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação, conforme Art. 56 da IN 05/2017.

7.51.1. Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela apostilada.

7.52. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.

7.53. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias.

7.54. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, observando o disposto no Art. 6º da IN 05/2017.

7.55. Na repactuação, o Contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do Contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

7.56. Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o Contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.

7.56.1. A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

7.56.2. Deverão prevalecer os direitos mais benéficos ao trabalhador durante a execução contratual, caso o Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada seja[A19] diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo utilizado pela Administração como paradigma para definição dos custos unitários mínimos relevantes, para fins de repactuação.

7.56.3. A correção dos valores mínimos de remuneração, incluindo salário base e adicionais, e dos benefícios estabelecidos, será realizada com base nas cláusulas de reajuste percentual do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, quando este for diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo paradigma utilizado pela Administração.

7.56.4. A repactuação será realizada com base na apuração da diferença percentual entre os valores previstos no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo anterior e o que entrou em vigor quando inexistir cláusula de previsão de reajuste percentual no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, ressalvado o subitem seguinte.

7.56.5. Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador caso o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada venha a estabelecer valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos valores estabelecidos na contratação ou superiores à aplicação dos percentuais previstos nos subitens anteriores.

7.56.6 A repactuação dos demais custos relativos à mão de obra, que não estejam discriminados como custos mínimos relevantes pela Administração, terá como base o acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada (ou seja, àquele instrumento apresentado pela empresa no momento da licitação).

7.57. Quando a repactuação solicitada pelo Contratado se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento IPCA/IBGE, com base na seguinte fórmula:

$R = V (I - I^o) / I^o$ , onde:

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;

$I^o$  = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento

7.58. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.59. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.60. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.61. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.

7.62. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o Contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

7.63. Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

7.64. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

7.65. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

7.66. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

7.67. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao Contratante ou ao Contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

7.68. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

7.69. O Contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até 60 (sessenta) dias, contado da data do fornecimento, pelo Contratado, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados, conforme Art. 57 §3º da IN 05/2017.

7.70. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para a comprovação da variação dos custos.

7.71. A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.

7.72. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133, de 2021.

7.73. O Contratado deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

7.74. Caso o Contratado esteja sujeito ao regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de recolhimento deverá ser feita no momento da prorrogação contratual ou da repactuação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos dessas contribuições.

7.75. A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços do presente Contrato, desde que comprovada pelo Contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados.

7.75.1. A revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por apostilamento.

## **Reajuste**

7.76. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.76.1. Observação: Considerando que a contratação envolve dedicação exclusiva de mão de obra, a repactuação é o mecanismo principal de reequilíbrio econômico-financeiro, conforme Art. 54 da IN 05/2017. O reajuste em sentido estrito (Art. 61 da IN 05/2017) é admitido para contratos de prazo igual ou superior a um ano, desde que não haja regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

## **Cessão de Crédito**

7.85. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.85.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.85.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.85.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.85.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.86. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

### **Conta-Depósito Vinculada ou Pagamento por Fato Gerador**

#### **Conta -Depósito Vinculada ( lembrar que o critério escolhido por Conta -Depósito Vinculada está na contartação anterior )**

7.87. Para tratamento do risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS por parte do Contratado, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017, aplicável por força do art. 1º da IN SEGES/ME nº 98, de 2022, são as estabelecidas neste Termo de Referência.

7.88. O futuro Contratado deve autorizar a Administração Contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

7.89. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

7.90. O Contratado autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores alocados à execução do contrato, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pelo Contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, e que somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.

7.91. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da contratação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

7.91.1. 13º (décimo terceiro) salário;

7.91.2. Férias e um terço constitucional de férias;

7.91.3. Multa sobre o FGTS; e

7.91.4. Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

7.92. Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017.

7.93. O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta contratação e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

7.94. Os valores referentes às provisões mencionadas neste edital Termo de Referência que sejam retidos por meio da conta-depósito deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

7.95. O Contratado poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

7.96. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

7.97. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

7.98. O Contratado deverá apresentar ao Contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

7.99. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017.

## 8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,07% (sete por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **2% (dois por cento)**.

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 5% (**cinco por cento**) a 20% (**vinte por cento**) do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 5% (**cinco por cento**) a 10% (**dez por cento**) do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 2% (**dois por cento**) a 5% (**cinco por cento**) do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 0,5% (**meio por cento**) a 2% (**dois por cento**) do valor da contratação.

8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a” (inexecução parcial), de 0,1% (**um décimo por cento**) a 0,5% (**meio por cento**) do valor da contratação.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **15 (quinze)** dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. . As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8.15. Além das infrações administrativas previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis, será considerada infração grave e sujeitará a Contratada às sanções cabíveis:

8.15.1. Erro ou Fraude no Enquadramento Sindical: A utilização de instrumento coletivo de trabalho incompatível com o enquadramento sindical declarado ou no qual a empresa não tenha sido representada por órgão de classe de sua categoria, que resulte em vantagem indevida na fase de julgamento das propostas. Tal conduta sujeitará a contratada às sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei 14.133/2021 (impedimento de licitar e contratar, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar), sem prejuízo de outras penalidades.

8.15.2. Responsabilidade Exclusiva por Ônus Financeiro: A contratada será exclusivamente responsável pelo cometimento de erro ou fraude no enquadramento sindical e pelo eventual ônus financeiro decorrente, por repactuação ou por força de decisão judicial, em razão da necessidade de se proceder ao pagamento de diferenças salariais e de outras vantagens, ou ainda por intercorrências na execução dos serviços contratados, resultante da adoção de instrumento coletivo do trabalho inadequado.

## 9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

### Regime de Execução

9.2. O regime de execução do objeto será de contratação por posto de trabalho, *conforme Seção 7.4.2 do ETP*, caracterizando-se como um serviço com dedicação exclusiva de mão de obra.

### Crítérios de aceitabilidade de preços

9.3. Em se tratando de serviços contínuos executados em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, somente serão aceitas, nos termos do edital, propostas que adotem, na planilha de custos e formação de preços, valores iguais ou superiores aos orçados pela Administração para as seguintes parcelas, conforme estimativa baseada na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) 2026/2027 dos Vigilantes do Amazonas (SINDESP-AM E SINDEVAM), utilizada como paradigma (Seção 8.1.2 do ETP) e em conformidade com o Acórdão 1207/2024-TCU-Plenário:

a) salário-base e adicionais (periculosidade, noturno, hora noturna reduzida, de função), no valor de R\$ 1.828,81;

b) auxílio-alimentação, no valor de R\$ 35,00 por dia trabalhado

c) outros benefícios de natureza social considerados essenciais a dignidade do trabalho, devidamente justificados no ETP e neste Termo de Referência a saber:

i) Plano de Saúde obrigatório, no valor de R\$ 162,62;

ii) Vale Transporte R\$ 190,27

iii) Plano Odontológico, no valor de R\$ 16,50;

iv) Seguro de Vida obrigatório, no valor de R\$ 15,47;

v) Prêmio de Assiduidade, no valor de R\$ 60,00;

v) Adicional Regional Indenizatório de Confinamento de 25% sobre o salário-base para postos de confinamento.

9.3.1. Não serão considerados custos unitários mínimos relevantes quaisquer valores previstos em Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo que tratem de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade, ou ainda que tratem de obrigações e direitos que somente se apliquem aos contratos com a Administração Pública, em conformidade com o Art. 135, §§ 1º e 2º da Lei nº 14.133/2021.

9.3.2. Em caso de divergência entre os valores considerados no orçamento da Administração e os valores constantes da norma coletiva do licitante, a proposta deverá considerar o maior valor entre ambos;

9.3.3. Os valores orçados pela Administração constam da tabela de itens deste Termo de Referência.

### Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### Habilitação jurídica

9.5. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br>;

9.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;



9.9. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.10. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.14. Ato de autorização de funcionamento como empresa especializada em serviços de vigilância, concedida pelo Ministério da Justiça, e Certificado de Segurança expedido pelo Departamento de Polícia Federal, além de comprovar a autorização para compra e registro de armas, em conformidade com a Lei nº 7.102/83.

9.15. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva. Para fins de comprovação e transparência do licitante deverá apresentar, junto à proposta de preços:

9.15.1. Declaração de Enquadramento Sindical: Declaração formal informando o enquadramento sindical da empresa, sua atividade econômica preponderante e a justificativa para a adoção do instrumento coletivo de trabalho (Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo) em que se baseia sua proposta.

9.15.2. Cópia da Carta ou Registro Sindical: Cópia da carta ou registro sindical do sindicato ao qual o licitante declara ser enquadrado, em razão do regramento do enquadramento sindical previsto na CLT ou por força de decisão judicial.

## **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.21. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

## **Qualificação Econômico-Financeira**

9.24. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.25. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.26. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos *últimos exercícios sociais*, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

9.27. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, **patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação**, conforme Anexo VII-A, item 11.1, alínea "c" da IN 05/2017.

9.28. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.29. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.30. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.31. Declaração do fornecedor, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do Anexo VII-E da IN 05/2017 deste Termo de Referência, de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do interessado, observados os seguintes requisitos:

9.31.1. a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e

9.31.2. caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o fornecedor deverá apresentar justificativas.

9.32. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

### Qualificação Técnica

9.33. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.31.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.39. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente (ex: Polícia Federal para empresas de segurança privada), em plena validade;

9.31.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

### Qualificação Técnico-Operacional

9.40. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.40.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

*9.40.1.1. contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 03 (três) anos do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;*

*9.40.1.2. contrato(s) que comprove(m) a execução, pelo fornecedor, de serviços envolvendo até 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados; ( no caso, 21 postos).*

*9.41.1.2 Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.*

9.41.1.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.41.1.4. O fornecedor disponibilizará [A29] todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.41.1.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

*9.42. Declaração de que o fornecedor possui ou instalará escritório no município de Manaus/AM, o que deverá ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado a partir da vigência do contrato.*

9.43. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.44. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

#### **Qualificação Técnico-Profissional**

9.45. Apresentação do(s) profissional(is), abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

*9.45.1. Para Vigilantes: curso de formação e reciclagem atualizados, com registro ativo no Departamento de Polícia Federal (DPF) e Carteira Nacional de Vigilante (CNV) válida.*

*9.45.2. Para Vigilantes de Postos de Confinamento: recomendável curso de brigadista.*

9.46.. O(s) profissional(is) acima indicado(s) deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021)

*9.47. Apresentação da relação de compromissos assumidos e pendentes de cumprimento pelo fornecedor, que importem em diminuição da disponibilidade dos profissionais indicados no item anterior.*

9.48. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do **caput** do art. 156 da Lei [n.º 14.133, de 2021](#), em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

9.49. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

#### **Disposições gerais sobre habilitação**

9.50. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.51. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.52. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.53. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.55. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

#### **Documentação complementar para cooperativas**

9.56. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.56.1. . A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.56.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.56.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.56.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.56.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.56.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.56.6.1. ata de fundação;

9.56.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.56.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.56.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.56.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.56.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.56.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

## **10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

10.1. *O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 8.508.164,16 (oito milhões, quinhentos e oito mil cento e sessenta e quatro reais e dezesseis centavos), conforme custo unitário apostado na tabela contida no item 1.1 acima,( Anexo II).*

## **11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1. *As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.*

11.2. *A contratação será atendida pela seguinte dotação:*

*I) Gestão/unidade: 240105;*

*II) Fonte de recursos: Será definido pela COADM ;*

*III) Programa de trabalho: Será definido pela COADM;*

*IV) Elemento de despesa: Será definido pela COADM;*

*v) . Plano interno: Será definido pela COADM.*

11.3 *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas *exceto o custo estimado da contratação, que possui caráter sigiloso até o julgamento das propostas*, conforme Art. 17, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.

12.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas e regulamentos aplicáveis à contratação pública, visando a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

12.3. Constituem anexos indissociáveis deste Termo de Referência:

12.3.1. I. Estudo Técnico Preliminar (ETP240105\_000020\_2025.pdf);

12.3.2. II. Planilha de Custos e Formação de Preços;

12.3.3. III. Matriz de Riscos;

12.3.4. IV. Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) 2026/2027 dos Vigilantes do Amazonas (SINDESP-AM e SINDEVAM);

12.3.5. V. Modelo de Termo de Ciência e Concordância (Anexo II do modelo AGU);

12.3.6. VI. [Outros anexos que se façam necessários, como plantas, croquis, etc.].

12.4. FORO

12.4.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em Manaus, Seção Judiciária de Amazonas para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

13. ANEXO I

ANEXO I[A1]

Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024[A2] )

(Não se aplica)

14. ANEXO II

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA[A1]

Por meio deste instrumento, ..... (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital OU Aviso de Contratação Direta*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão/Concorrência/Dispensa Eletrônica* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

---

(Nome *e Cargo do Representante Legal*)

## 15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

### **RAIMUNDO OTAIDE FERREIRA PICANCO FILHO**

Requisitante da contratação



*Assinou eletronicamente em 18/06/2026 às 11:27:10.*

### **VALZENIR ANTONIO DE ALBUQUERQUE**

Integrante Técnico



*Assinou eletronicamente em 18/06/2026 às 10:56:36.*

### **RUBENILDO LIMA DA SILVA**

Integrante Técnico



*Assinou eletronicamente em 18/06/2026 às 11:24:36.*

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ANEXO I ETP\_merged.pdf (232.19 KB)
- Anexo II - ANEXO II Planilha de Formacao de Custos Vigilancia Patrimonial.pdf (367.88 KB)
- Anexo III - ANEXO III Modelo-E-Declaracao-de-Enquadramento-Sindical.docx (19.94 KB)

INSTIT.NACIONAL DE PESQUISA DA AMAZONIA/MCT

## Estudo Técnico Preliminar 15/2026

### 1. Informações Básicas

Número do processo: 01280.000235/2025-21

### 2. INTRODUÇÃO

#### 2.1. Intenção e Abrangência do INPA

2.1.1. O Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA, com a intenção de assegurar a continuidade dos Serviço de Vigilância Patrimonial Armada Diurna e Noturna, com Ronda Motorizada (moto elétrica), formaliza este Estudo Técnico Preliminar (ETP).

2.1.2. Visa atender os CAMPUS do INPA, BASES, ESTAÇÕES, FLUTUANTES e RESERVAS.

2.1.3. Objetivo principal: Preservar a integridade das pessoas (pesquisadores, bolsistas, estagiários, colaboradores e visitantes), do patrimônio público, dos equipamentos, das instalações e dependências (bases, flutuantes, estações, áreas de visitas, e reservas) do INPA. Apresenta a seguir as justificativas e a necessidade deste objeto de contratação.

#### 2.2. Finalidade do Estudo Técnico Preliminar

2.2.1. Este ETP visa fundamentar a contratação de serviços contínuos de vigilância patrimonial armada, diurna e noturna, incluindo ronda motorizada (moto elétrica), para garantir a segurança de pessoas, bens e instalações do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA).

2.2.2. A sua elaboração está em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e demais diretrizes legais aplicáveis, especialmente o Instrumento de Padronização dos Procedimentos de Contratação da Advocacia-Geral da União (AGU) e do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), e a Instrução Normativa SEGES Nº 58/2022, que estabelecem o modelo para sua confecção.

#### 2.3. Diretrizes Legais Consideradas na Contratação

2.3.1. Lei nº 14.133/2021, Documento de Formalização da Demanda (DFD) 240105 – 77 - 2026, este Estudo Técnico Preliminar, Normativas trabalhistas: Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) 2026/2027 e Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

#### 2.4. Caráter Estratégico e Compromisso Institucional

2.4.1. A contratação é estratégica e essencial para atender às necessidades de segurança e proteção de áreas urbanas, rurais e naturais do INPA.

2.4.2. Foco: Eficiência, sustentabilidade e resposta tática.

2.4.3. Este documento reflete o compromisso do Instituto com a preservação e proteção de seu patrimônio e das pessoas que nele circulam.

### 3. Descrição da necessidade

#### 3.1. Justificativa da Necessidade:

3.1.1. A necessidade de segurança do INPA é multifacetada, refletindo a diversidade de seus ativos e ambientes operacionais. A particularidade de cada local molda a demanda por serviços de vigilância, exigindo soluções adaptadas e com logística específica. A demanda total pelos serviços de vigilância patrimonial, visando a proteção ininterrupta de pessoas e bens nas diversas instalações do INPA, é de 84 (oitenta e quatro) vigilantes, distribuídos conforme a complexidade e o regime de trabalho de cada unidade (Esta distribuição está detalhada no Quadro 2 deste ETP) e fica distribuída genericamente da seguinte forma:

Quadro 1 – Quantitativo de postos do INPA



	TIPO DE POSTO	QUANTIDADE
A	Vigilante armado - 12 (doze) <b>horas diurnas</b> , de segunda-feira a domingo, envolvendo 1 (um) vigilante em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas	11
B	Vigilante armado <b>líder</b> - 12 (doze) <b>horas diurnas</b> , de segunda-feira a domingo, envolvendo 1 (um) vigilante em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas	1
C	Vigilante armado <b>condutor</b> - 12 (doze) <b>horas diurnas</b> , de segunda-feira a domingo, envolvendo 1 (um) vigilante em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas	1
D	Vigilante armado <b>confinado</b> - 12 (doze) <b>horas diurnas</b> , de 15 (quinze) dias confinados, envolvendo 1 (um) vigilante revezando 15 (quinze) x 15 (quinze) dias	20
E	Vigilante armado - 12 (doze) <b>horas noturnas</b> , de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas.	12
F	Vigilante armado <b>líder</b> - 12 (doze) <b>horas noturnas</b> , de segunda-feira a domingo, envolvendo 1 (um) vigilante em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas	1
G	Vigilante armado <b>condutor</b> - 12 (doze) <b>horas noturnas</b> , de segunda-feira a domingo, envolvendo 1 (um) vigilante em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas	1
H	Vigilante armado <b>confinado</b> - 12 (doze) <b>horas noturnas</b> , de 15 (quinze) dias confinados, envolvendo 1 (um) vigilante revezando 15 (quinze) x 15 (quinze) dias	10

3.1.2. Fica estabelecido que em áreas semi-remotas com a particularidade da inexistência do transporte público coletivo a contratada será a responsável pelo transporte dos vigilantes até o local de trabalho e seu retorno à cidade, pelos seus próprios meios e custos.

### 3.2. Conclusão:

3.2.1. Em suma, a contratação destes serviços de vigilância é fundamental para garantir a segurança de um ecossistema de pesquisa e patrimônio altamente disperso e diversificado. Exige-se da futura contratada não apenas a prestação de serviços de vigilância qualificados, mas também a capacidade de oferecer soluções adaptadas a cada contexto ambiental e operacional, desde o urbano ao fluvial e florestal, com um forte componente de logística de pessoal e equipamentos que assegure a perenidade e a eficiência das operações do INPA em todas as suas frentes. A presente demanda está alinhada aos princípios da economicidade, da eficiência e da segurança jurídica preconizados pela Lei nº 14.133/2021.

## 4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenação de Apoio Técnico e Logístico	Raimundo Otaíde Ferreira Picanço Filho

## 5. Descrição dos Requisitos da Contratação

### 5.1. Requisitos Essenciais Para A Contratação De Serviços De Vigilância Patrimonial Armada Diurna E Noturna

5.1.1. A contratação dos serviços de vigilância patrimonial, armada e desarmada, para o INPA visa assegurar a proteção de pessoas e bens em ambientes complexos e diversificados. Para tanto, a empresa contratada deverá atender a critérios rigorosos de eficiência operacional, conformidade legal e sustentabilidade, em alinhamento com os princípios e diretrizes da Lei nº 14.133/2021.

## 5.2. Natureza E Escopo Dos Serviços

### 5.2.1. Do enquadramento do serviço (objeto) como comum

5.2.1.1. O objeto desta contratação, serviço de vigilância armada, enquadra-se como comum por enquadrar-se perfeitamente na definição estabelecida no Art. 6º, XIII, Lei 14.133/2021; considerando que vigilância é um objeto que encontra-se estabelecido usualmente no mercado, ou seja, não há complexidade para o definir, amoldando-se ao mandame legal de “aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;” (grifo nosso).

### 5.2.2. Serviço do Tipo Continuado

5.2.2.1. O serviço caracteriza-se como contínuo, conforme o Art. 6º, XVI, da Lei nº 14.133/2021, sendo essencial para assegurar a integridade do patrimônio público de forma rotineira e permanente. Sua interrupção pode comprometer e até paralisar as atividades realizadas pelo INPA.

5.2.2.2. A contratação deve abranger a prestação ininterrupta de serviços de vigilância patrimonial armada e desarmada, diurna e noturna. Esta continuidade é essencial para a salvaguarda do patrimônio público e a in interrupção das atividades do INPA, cuja paralisação comprometeria gravemente a segurança institucional.

5.2.2.3. A finalidade primordial é garantir a integridade física de pessoas, a proteção integral do patrimônio público (incluindo bens, instalações e áreas de pesquisa), e a prevenção e repressão de atos ilícitos, como furtos, roubos, vandalismo e invasões. As atividades incluem rondas ostensivas, fiscalização de acesso de veículos e pessoas, e manutenção da ordem pública.

## 5.3. Qualificação E Gestão De Pessoal

### 5.3.1. Profissionais Qualificados e Habilitados

5.3.1.1. Os vigilantes devem possuir curso de formação e reciclagem atualizados, com registro ativo no Departamento de Polícia Federal (DPF) e Carteira Nacional de Vigilante (CNV) válida, em conformidade com a Lei nº 14.967/24. A Contratada é responsável pela comprovação documental e permanente dessas qualificações.

5.3.1.2. A idade mínima para os vigilantes é de 21 anos, com nível de instrução correspondente à quarta série do ensino fundamental, aprovação em exames de saúde e aptidão psicológica, e ausência de antecedentes criminais.

5.3.1.3. Para postos de confinamento, é altamente recomendável que os vigilantes possuam curso de brigadista.

### 5.3.2. Garantias e Direitos Trabalhistas (CLT e CCT 2026/2027 Vigilantes do Amazonas):

5.3.2.1. A Contratada deve assegurar o cumprimento irrestrito da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) aplicável à sua categoria econômica conforme sua atividade preponderante, e da Lei nº 14.967/24. Para fins de estimativa de custos e estabelecimento de valores mínimos de salário e auxílio-alimentação, a Administração utilizará como referência a CCT 2026/2027 dos Vigilantes do Amazonas (AM000104/2026).

5.3.2.2. Inclui-se a observância do piso salarial de R\$ 1.828,81 para Vigilante Patrimonial (a partir de 01/02/2026), com aplicação do reajuste salarial de 4,50%.

5.3.2.3. São benefícios essenciais o fornecimento de Tíquete Alimentação no valor facial de R\$ 35,00 (CCT, Cláusula Vigésima Quinta), Vale Transporte de \$190,27 mensal (CCT Cláusula Vigésima Sexta), Prêmio Mensal de Assiduidade de R\$ 60,00 (CCT, Cláusula Vigésima Quarta), Plano de Saúde obrigatório de R\$ 162,62 (CCT, Cláusula Vigésima Sétima), Plano Odontológico de R\$ 16,50 (CCT, Cláusula Vigésima Oitava) e Seguro de Vida obrigatório (com cobertura mínima de R\$ 52.501,80 para morte natural/acidental e R\$ 105.003,60 para invalidez permanente por acidente, conforme CCT, Cláusula Trigésima).

5.3.2.4. Adicionais específicos devem ser pagos, como o Adicional de Periculosidade de 30% sobre o salário base (CCT, Cláusula Terceira). Para regimes especiais, garantir o Percentual Regional Indenizatório de Confinamento de 25% sobre o salário base (CCT, Cláusula Vigésima Terceira) – cuja natureza é indenizatória, não salarial, mas com respeito ao recolhimento previdenciário (INSS) e FGTS. Adicionalmente, será pago o Adicional Noturno de 20% sobre o valor da hora normal para o trabalho entre 22h e 5h (CCT, Cláusula Quinquagésima Sexta, Parágrafo Terceiro), com a Hora Noturna Reduzida que prevê acréscimo de 1 hora com adicional de 50% (CCT, Cláusula Quinquagésima Sexta, Parágrafo Segundo). Para deslocamentos intermunicipais, o adicional de 25% sobre o salário-base para trabalho em outra cidade.

5.3.2.4.1. Insalubridade não há posto insalubre para o serviço de vigilância no INPA.

5.3.2.5. A Contratada é responsável por todos os custos de exames admissionais, demissionais, periódicos e de reciclagem (CCT, Cláusula Trigésima Terceira e Quadragésima Sétima). Deve fornecer uniformes e Equipamentos de Proteção Individual (EPIs)

adequados, sem ônus para o empregado, e fiscalizar seu uso. A manutenção e revisão de armamentos devem ocorrer a cada 90 dias, e não haverá desconto por quebra ou extravio de armas, salvo dolo comprovado.

5.3.2.6. As rescisões contratuais de empregados sindicalizados deverão ser homologadas no sindicato da categoria (CCT, Cláusula Quadragésima Segunda, Parágrafo Sétimo). O pagamento de verbas rescisórias deve seguir os prazos legais, sob pena de multa. Em caso de assalto, o vigilante terá suporte jurídico e garantia de emprego, e não será responsabilizado pela arma subtraída sem dolo comprovado.

### 5.3.3. Princípio da Não Discriminação e Inclusão Social

5.3.3.1. É imperativo que a Contratada adote práticas de seleção e gestão de pessoal que proíbam qualquer ato de preconceito de raça, cor, sexo, orientação sexual, estado civil, idade ou capacitismo, promovendo ativamente a inclusão social e a diversidade em seu quadro de colaboradores. Para tanto, a Contratada deverá cumprir as seguintes exigências de cotas sociais:

5.3.3.1.1. Pessoas com Deficiência (PcD) e Beneficiários Reabilitados (Lei nº 8.213/91, Art. 93): A Contratada deverá manter em seu quadro de funcionários um percentual mínimo de pessoas com deficiência ou beneficiários reabilitados da Previdência Social, conforme estabelecido no Art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, observando a proporção do número total de seus empregados:

5.3.3.1.1.1. - De 100 a 200 funcionários: 2%

5.3.3.1.1.2. - De 201 a 500 funcionários: 3%

5.3.3.1.1.3. - De 501 a 1000 funcionários: 4%

5.3.3.1.1.4. - De 1001 funcionários em diante: 5%

5.3.3.1.1.4.1. Parágrafo Primeiro: A obrigatoriedade desta cota aplica-se a empresas com 100 (cem) ou mais empregados.

5.3.3.1.1.4.2. Parágrafo Segundo: Além da contratação, a Contratada deverá oferecer condições dignas de acesso e trabalho a esses profissionais, em conformidade com a Lei nº 10.098/2000.

5.3.3.1.2. Mulheres Vítimas de Violência Doméstica (Decreto nº 12.516/2025): A Contratada deverá prever o emprego de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica, em percentual igual ou superior a 8% (oito por cento) das vagas em contratos de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

5.3.3.1.2.1. Parágrafo Primeiro: Esta exigência se aplica a contratos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra. Para contratos com quantitativo inferior a 25 (vinte e cinco) colaboradores, poderá ser admitida a previsão de percentual inferior a 8% (oito por cento), devidamente justificada.

5.3.3.1.2.2. Parágrafo Segundo: As vagas destinadas a mulheres vítimas de violência doméstica incluirão mulheres trans, travestis e outras possibilidades do gênero feminino, nos termos da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha). Serão destinadas prioritariamente a mulheres pretas e pardas, observada a proporção na unidade da federação onde ocorrer a prestação do serviço, de acordo com o último censo demográfico do IBGE.

5.3.3.1.2.3. Parágrafo Terceiro: As vagas serão destinadas exclusivamente às mulheres indicadas pelas unidades responsáveis pela política pública signatárias do acordo de adesão.

5.3.3.1.3. Pessoas Presas ou Egressas do Sistema Prisional (Decreto nº 9.450/2018): A Contratada deverá prever o emprego de mão de obra formada por pessoas presas ou egressas do sistema prisional nos contratos de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, cujo valor anual seja acima de R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais). Os percentuais de vagas a serem preenchidos, considerando o total de funcionários demandados pelo contrato, serão:

5.3.3.1.3.1. Total de Funcionários Demandados pelo Contrato: Até 200 funcionários: 3%; de 201 a 500 funcionários: 4%; de 501 a 1.000 funcionários: 5%; Mais de 1.000 funcionários: 6%.

5.3.3.1.3.1.1. Parágrafo Primeiro: As condições específicas para a contratação de pessoas presas em regime fechado, incluindo a necessidade de prévia autorização judicial e a observância do limite máximo de 10% do número de presos na prestação do serviço, deverão ser detalhadas no Termo de Referência.

5.3.3.1.3.1.2. Parágrafo Segundo: A justificação para a inviabilidade de aplicação desta cota, se houver, deverá ser formalmente documentada e aprovada, nos termos do Art. 5º, § 4º, do Decreto nº 9.450/2018.

5.3.3.1.4. Meta de Efetivo Feminino (CCT 2026/2027): Adicionalmente às cotas específicas, a Contratada deverá envidar esforços no sentido de buscar a ampliação da demanda por postos de trabalho para vigilante feminino, objetivando atingir a meta de 30% (trinta por cento) do seu efetivo, conforme Cláusula Trigésima Sétima, Parágrafo Primeiro da CCT 2026/2027.

### 5.4. Inovação e Sustentabilidade nas Práticas Operacionais

5.4.1. A empresa contratada deverá adotar e comprovar a implementação de práticas de sustentabilidade, isso inclui a utilização de tecnologias de baixo impacto ambiental, a promoção da economia de recursos (energia, água), a gestão adequada de resíduos e a priorização de soluções que minimizem a pegada ecológica das operações de vigilância, conforme o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e o Caderno de Logística: Serviços de Vigilância Patrimonial. A obrigatoriedade do uso de motocicletas elétricas para patrulhamento em áreas de floresta dos Campi é um exemplo primordial dessa exigência, visando a redução de ruído e a eliminação de emissões poluentes.

## 5.5. Medidas Mitigadoras De Riscos Para A Administração

5.5.1. A contratação deverá prever as seguintes medidas para resguardar o interesse da Administração Pública e a proteção do trabalhador terceirizado:

5.5.1.1. Exigência para que o licitante entregue junto com sua proposta de preços uma declaração informando o enquadramento sindical da empresa, a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do instrumento coletivo do trabalho em que se baseia sua proposta;

5.5.1.2. Exigência para que o licitante apresente cópia da carta ou registro sindical do sindicato a qual ele declara ser enquadrado, em razão do regramento do enquadramento sindical previsto na CLT ou por força de decisão judicial;

5.5.1.3. Responsabilidade da empresa licitante nas situações de ocorrência de erro no enquadramento sindical, ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado ou no qual a empresa não tenha sido representada por órgão de classe de sua categoria, que daí tenha resultado vantagem indevida na fase de julgamento das propostas, sujeitando a contratada às sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei 14.133/2021;

5.5.1.4. Responsabilidade exclusiva da empresa contratada pelo cometimento de erro ou fraude no enquadramento sindical e pelo eventual ônus financeiro decorrente, por repactuação ou por força de decisão judicial, em razão da necessidade de se proceder ao pagamento de diferenças salariais e de outras vantagens, ou ainda por intercorrências na execução dos serviços contratados, resultante da adoção de instrumento coletivo do trabalho inadequado;

5.5.1.5. Aderência à convenção coletiva do trabalho à qual a proposta da empresa esteja vinculada para fins de atendimento à eventual necessidade de repactuação dos valores decorrentes da mão de obra, consignados na planilha de custos e formação de preços do contrato, em observância ao disposto no inc. II do art. 135 da Lei 14.133 /2021;

## 5.6. Adoção Da Conta Vinculada Como Mecanismo De Garantia Trabalhista

5.6.1. Administração optou pela conta vinculada em detrimento de modelo de pagamento pelo fato gerador, por entender que, análise de custo benefício, estes mecanismos oferecem maior segurança jurídica e controle preventivo, contra a inadimplência de verbas rescisórias e encargos, sendo a solução mais eficaz para mitigar o risco de responsabilização subsidiária da união. Para assegurar o cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias decorrentes da execução do contrato, a Contratada deverá instituir e gerenciar uma Conta Vinculada, conforme as diretrizes estabelecidas no Caderno de Logística Conta Vinculada (disponível em [https://www.gov.br/compras/pt-br/agente-publico/cadernos-de-logistica/midia/caderno\\_logistica\\_conta\\_vinculada.pdf](https://www.gov.br/compras/pt-br/agente-publico/cadernos-de-logistica/midia/caderno_logistica_conta_vinculada.pdf)). Os valores correspondentes ao 13º salário, férias, terço constitucional de férias, incidência do FGTS sobre férias e 13º salário, rescisão sem justa causa e

outros encargos específicos deverão ser depositados mensalmente nesta conta, mediante cálculo detalhado na planilha de custos. A fiscalização do INPA terá acesso para monitorar os depósitos e a utilização dos recursos, conforme normativos aplicáveis, garantindo que os pagamentos aos trabalhadores sejam realizados tempestivamente e mitigando a responsabilidade subsidiária da Administração Pública.

5.6.2. Constitui motivo para extinção do contrato, nos termos do art. 137, inc. I, da Lei 14.133/2021, com a consequente realização de novo processo licitatório, a situação que se impõe à contratada a alteração da convenção coletiva de trabalho em que se baseia a planilha de custos e formação de preços, em razão de erro ou fraude no enquadramento sindical de que resulta a necessidade de repactuação ou imposição de ônus financeiro para a Administração Pública, em cumprimento de decisão judicial.

## 6. Levantamento de Mercado

6.1. A contratação discorre da atividade meio da Administração, que deve ser executada de forma contínua, exercida por empresa especializada, assegurando o patrimônio público, corroborando para o funcionamento das atividades finalísticas do INPA, de modo que sua eventual interrupção possa comprometer a prestação do serviço público e o cumprimento da missão institucional.

6.2. O levantamento de mercado buscará identificar empresas de segurança privada que possuam a capacidade técnica, operacional e logística para atender à complexidade e diversidade dos requisitos do INPA.

6.3. A análise abrangerá os seguintes aspectos:

6.3.1. Capacidade Operacional: Empresas com comprovada experiência em vigilância patrimonial em ambientes urbanos, rurais, florestais e fluviais.

6.3.2. Abrangência Geográfica: Empresas com atuação ou capacidade de atuação na região de Manaus e áreas adjacentes

6.3.3. Logística de Confinamento e Transporte: Empresas com estrutura para gerenciar o regime de confinamento, incluindo transporte, alojamento e alimentação de pessoal em locais remotos.

6.3.4. Armamento Adequado: Empresas que operem com armamento de uso permitido que ofereça maior capacidade de resposta tática e segurança para o vigilante, em conformidade com a legislação e autorização da Polícia Federal.

6.3.5. Sustentabilidade e Inovação: Empresas que possuam ou demonstrem capacidade de adquirir e operar motos elétricas para patrulhamento, e que estejam alinhadas com as práticas de sustentabilidade exigidas. Será realizada pesquisa de fornecedores de motos elétricas e infraestrutura de recarga.

6.3.6. Conformidade Trabalhista: Empresas com histórico de cumprimento da CCT dos Vigilantes do Amazonas e da CLT, minimizando riscos de passivos trabalhistas.

6.4. O levantamento considerará a disponibilidade de empresas que atendam a todos ou a grupos desses requisitos, o que subsidiará a decisão sobre o parcelamento do objeto e ou a subcontratação.

## 7. Descrição da solução como um todo

7.1. A solução de segurança proposta para o INPA é um modelo híbrido e adaptável, que integra diferentes abordagens de vigilância para atender à complexidade e diversidade de seus ambientes operacionais:

7.1.1. Vigilância Urbana Integrada e Taticamente Aprimorada: Nos campi de Manaus, a segurança será baseada em postos fixos estratégicos, controle de acesso e rondas motorizadas. A inovação reside na utilização de motos elétricas para o patrulhamento, especialmente na área de floresta do Campus 1, garantindo uma presença eficaz com mínimo impacto ambiental e sonoro. O uso de armamento de uso permitido com maior capacidade de resposta tática e segurança para o vigilante visa aprimorar a capacidade de defesa e dissuasão em situações de risco.

7.1.2. Vigilância Ambiental Especializada: Na Reserva Adolpho Ducke, a vigilância ambiental será direcionada prioritariamente à proteção integral do ecossistema e das áreas destinadas à pesquisa científica. As ações de patrulhamento serão planejadas e executadas de forma adaptada às características específicas do terreno, garantindo cobertura eficiente e mitigação de riscos ambientais e antrópicos. Nas demais reservas e bases florestais, a vigilância seguirá as mesmas diretrizes gerais de proteção e monitoramento, observando rigorosamente as particularidades de cada localidade. Serão considerados fatores como topografia, biodiversidade, intensidade de uso humano e vulnerabilidades específicas, de modo a assegurar a efetividade das medidas de preservação e a integridade das atividades de pesquisa e conservação.

7.1.3. Vigilância em Confinamento com Suporte Logístico Completo e Preparo para Emergências: Para as estações e bases remotas, a solução prevê equipes em regime de confinamento, com a Contratada sendo integralmente responsável pela logística de transporte, alimentação e preparo de refeições, fogão e utensílios de cozinha e rede para pernoite, veículos tracionados 4X4 e transporte marítimo para as bases flutuantes. Isso garante o bem-estar dos vigilantes e a continuidade do serviço em locais isolados. A capacitação em curso de brigadista visa dotá-los de capacidades adicionais para lidar com emergências como incêndios.

7.1.4. Tecnologia e Sustentabilidade: A solução prioriza a integração de tecnologias de baixo impacto ambiental, como as motos elétricas, e exige da Contratada a adoção de práticas sustentáveis em todas as suas operações, desde o consumo de recursos até o descarte de resíduos.

### 7.2. Levantamento Das Alternativas Possíveis

#### 7.2.1. Solução 1: Contratação de Serviço por Posto de Trabalho.

7.2.1.1. Este modelo de contratação de serviço por posto de trabalho, envolvendo Vigilantes Patrimoniais Armados em turnos de 12 (doze) por 36 (trinta e seis) horas, é previsto na Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, em seu Anexo VI-A.

7.2.1.2. As opções de escalas de trabalho a serem adotadas preferencialmente são:

“a) 44 (quarenta e quatro) horas semanais diurnas, de segunda a sexta-feira, envolvendo 1 (um) vigilante por posto.

b) 12 (doze) horas diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) Vigilantes Patrimoniais Armados em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas por posto.

c) 12 (doze) horas noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) Vigilantes Patrimoniais Armados em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas por posto.

d) 12 (doze) horas diurnas de segunda-feira a sexta-feira, envolvendo 2 (dois) Vigilantes Patrimoniais Armados em turno de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas por posto.

e) 12 (doze) horas noturnas, de segunda-feira a sexta-feira, envolvendo 2 (dois) Vigilantes Patrimoniais Armados em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas por posto.

3. Excepcionalmente, desde que devidamente fundamentado e comprovada a vantagem econômica para a Administração, poderão ser caracterizados outros tipos de postos, considerando os Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho da categoria.”

7.2.1.2.1. Conforme a excepcionalidade descrita a cima, o INPA pode adotar:

7.2.1.2.2. A adoção da escala 12x36 para os postos de Vigilância Patrimonial Armada justifica-se pela necessidade de prestação contínua e ininterrupta dos serviços de segurança patrimonial nas unidades do INPA, inclusive em períodos noturnos, finais de semana e feriados.

7.2.1.2.3. A solução encontra respaldo no Anexo VI-A da IN SEGES/MPDG nº 05/2017 e mostra-se adequada às características operacionais dos campi urbanos, áreas de floresta e bases remotas, permitindo maior eficiência operacional, continuidade da vigilância, redução de rendições e melhor cobertura dos postos de serviço.

7.2.1.2.3.1. Para os postos de trabalho longínquos, adota-se escala de confinamento de 15 (quinze) x 15 (quinze) dias, envolvendo Vigilantes Patrimoniais Armados em turnos de 12 (doze) horas diurno x 12 (doze) horas noturno.

7.2.1.2.4. Para os campi, 12 (doze) horas diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo Vigilantes Patrimoniais Armados e motorizados (moto elétrica), em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas por posto.

7.2.1.2.5. Para os campi, 12 (doze) horas noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo Vigilantes Patrimoniais Armados e motorizados (moto elétrica), em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas por posto.

7.2.2. Solução 2: Execução dos Serviços Utilizando Somente Servidores dos Quadros Próprios.

7.2.2.1. A execução dos serviços com base em quadro próprio de funcionários mostra-se inviável, visto que o INPA não possui, dentro de seu quadro funcional e de sua carreira, provisão para a execução do serviço de Vigilância Patrimonial Armada.

7.2.2.2. Ademais, os servidores do INPA não possuem habilitação e formação técnica para esta atividade e já estão alocados em atividades de pesquisa, administração, gestão e planejamento. Sua alocação para essa atividade é inadequada e configura desvio de função, e sua carga horária não condiz com o que se espera do objeto licitado.

7.2.3. Solução 3: Contratação de Serviços com Remuneração Baseada em Demanda.

7.2.3.1. A Solução 3 representa uma situação que envolve a existência de uma faixa referencial de demanda e a respectiva produtividade do serviço.

7.3. Justificativa Pela Solução Escolhida

7.3.1. Conforme análise das alternativas apresentadas, a Solução 2 (execução com quadro próprio) é inviável por questões legais e de capacidade institucional. A Solução 3 (remuneração baseada em demanda) também se mostra inadequada, visto que a Instrução Normativa nº 05/2017 – MPDG é clara quanto à prestação de serviços de vigilância por posto de trabalho. Adicionalmente, a Convenção Coletiva de Trabalho 2026/2027 da categoria não prevê esse tipo de contratação, e o Caderno de Logística da prestação de serviços de vigilância patrimonial adota a unidade de medida de postos de vigilância.

7.3.2. Assim, a Solução 1 (Contratação de Serviço por Posto de Trabalho) é a que melhor atende à legislação vigente sobre a prestação do serviço de Vigilância Patrimonial Armada e permitindo a flexibilidade e a composição do modelo de escalas de 12 (doze) x 36 (trinta e seis), e escala de confinamento de 15 (quinze) x 15 (quinze) dias conforme a necessidade de cada ambiente do INPA.

7.3.3. Pelo exposto, a Solução 1 foi a escolhida para a contratação do serviço.

7.4. Descrição Detalhada Da Solução Escolhida E Quantitativos

7.4.1. Prestação de Serviço: Serviço continuado de vigilância patrimonial armada diurna e noturna, para atender às necessidades do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA.

7.4.2. Escopo dos Serviços: Os serviços terão como escopo, dentre outros correlatos, a terceirização por Posto de Trabalho.

7.4.2.1. Em atendimento ao Parágrafo Segundo da Convenção Coletiva de Trabalho da categoria, será prevista a função de Inspetor de Segurança Patrimonial, responsável pela fiscalização dos postos de serviços, organização das escalas de serviço e providências quanto às substituições dos vigilantes ausentes nos postos de trabalho.

7.4.2.2. Em conformidade com o Parágrafo Terceiro da Convenção Coletiva (CCT 2025/2026) de Trabalho da categoria, será prevista a função de Vigilante Líder, responsável pelo comando e coordenação operacional de todos os postos de vigilância dos campi do INPA, incluindo as atividades de rondas motorizadas ou não, realizadas com motocicletas ou veículos leves.

7.4.3. Quantitativos e Características dos Postos de Trabalho: A quantidade de serviço é de 01 (um) Serviço de Vigilância Patrimonial Diurna e outro Noturna, com os quantitativos e características de postos de trabalho detalhados na tabela a seguir:

**Quadro 2 – Quantitativo de postos por área determinada do INPA,** O detalhamento das escalas de serviço, incluindo os postos operados nos regimes 12x36 e 15x15, **conforme anexo I**

	LOCALIZAÇÃO	DESCRIÇÃO DA ESTRUTURA E EFETIVO*
A	Campus I – Av. André Araújo, 2920, Petrópolis, Manaus	Possui 4 portarias, com efetivo de 4 vigilantes na Portaria 1 (2 diurnos / 2 noturnos), 4 na Portaria 2 (2 diurnos / 2 noturnos), 4 na Portaria do Bosque (2 diurnos / 2 noturnos) 4 na Função de Líder (2 diurnos / 2 noturnos) e 4 na Função de Condutor (2 diurnos / 2 noturnos).
B	Campus II – Av. André Araújo, 2696, Petrópolis, Manaus	Possui 3 portarias, com efetivo de 4 vigilantes na Portaria 1 – Acesso Principal (2 diurnos / 2 noturnos), 2 vigilantes na Portaria 2 e 4 vigilantes no Portão da Av. A. Araújo (2 diurnos / 2 noturnos)
C	Campus III – Av. Efigênio Sales, 2330, V8, Parque Dez, Manaus.	Possui 3 portarias, com efetivo de 4 vigilantes na Portaria 1 – Acesso Principal (2 diurnos / 2 noturnos), 2 vigilantes no Portão da Av. E. Salles (exclusivo noturno) e 4 vigilantes na Portaria da Aquicultura (2 diurnos / 2 noturnos)
D	Base Flutuante Tarumã (B.F.TAR) – Estrada Ponta Negra, Marina do Davi, Manaus	Possui 4 vigilantes (2 diurnos/2 noturnos.
E	Base Flutuante Catalão (B.F.CAT) – Estrada da CEASA, Comunidade Nossa Senhora de Aparecida, Lago do Catalão, Iranduba/AM	Possui 4 vigilantes (2 diurnos e 2 noturnos) em regime confinado.
F	Reserva Adolpho Ducke (RFAD) – Rodovia Manaus-Itacoatiara – AM 010 Km 26-27, Manaus.	Possui 8 vigilantes (6 diurnos** / 2 noturno) em regime confinado.
G	Base de Apoio Sabiá I da Reserva Ducke (B.S1), Av. Margarita, Cidade Nova, Manaus/AM	Possui 6 vigilantes (4 diurnos*** / 2 noturno)
H	Base de Apoio Sabiá III da Reserva Ducke (B.S3), Rua 44, Cidade Nova, Manaus/AM	Possui 4 vigilantes (2 diurnos / 2 noturno)

I	Estação Experimental de Hortaliças (EEH) – Estrada Torquato Tapajós, Novo Israel – Entrada pelo Hospital e Pronto-Socorro (HPS) Delphina Rinaldi Abdel Aziz, Km 14, Rod. AM – 010, Manaus	Possui 2 vigilantes (2 noturnos).
J	Estação Experimental de Fruticultura Tropical (EEFT) – BR 174, KM 925 (Antigo KM 40), Manaus	Possui 4 vigilantes (2 diurnos / 2 noturnos) em regime confinado.
K	Estação Experimental de Silvicultura Tropical (EEST) – BR 174, KM 927 (Antigo KM 43), Manaus	Possui 4 vigilantes (2 diurnos e 2 noturnos) em regime confinado.
L	Base do Manejo Florestal (B.MF ZF2) – BR 174, KM 934 (Antigo KM 50), ramal ZF-2, KM 23	Possui 4 vigilantes (2 diurnos e 2 noturnos) em regime confinado.
M	Base do Programa LBA (B.LBA ZF2) – BR 174, KM 934 (Antigo KM 50), ramal ZF-2, KM 34, Manaus	Possui 2 vigilantes (2 diurnos) em regime confinado.
N	Estação Experimental do Ariaú (EEA) – Estrada de Manacapuru, KM 13, Ramal do Jandira, Iranbuda /AM, Manaus	Possui 4 vigilantes (2 diurnos) em regime confinado.
O	Base Rio Cuieiras (B.CUI ZF2) – BR 174, KM 934 (Antigo KM 50), ramal ZF-2, KM 34, Manaus	Possui 4 vigilantes (2 diurnos e 2 noturnos) em regime confinado.
TOTAL		84

\*Nota 1: O INPA poderá realizar o remanejamento conforme a demanda institucional, pelo critério da oportunidade e conveniência.

\*\*Nota 2: Neste posto a insegurança é alta e há necessidade de realização de rondas constantes nas áreas, enquanto um vigilante permanece fixo no local para garantir o controle e a segurança do posto, os demais executam rondas preventivas e ostensivas nas áreas externas e de circulação.

\*\*\*Nota 3: Neste posto a insegurança é alta e há necessidade de realização de rondas constantes nas áreas, enquanto um vigilante permanece fixo no local para garantir o controle e a segurança do posto, os demais executam rondas preventivas e ostensivas nas áreas da reserva.

7.4.3.1. Justificativa Técnica da Configuração dos Postos (Anexo VI-A - IN 05/2017): A definição dos postos acima descritos fundamenta-se na necessidade de vigilância ininterrupta (24h) das instalações do INPA, sendo a escala 12 (doze) x (trinta e seis) 36 horas a que apresenta melhor custo-benefício e conformidade com a CCT da categoria para postos operacionais. A inclusão de Vigilantes Condutores justifica-se pela vasta extensão territorial das áreas de preservação dos campi, exigindo mobilidade para rondas preventivas. Os Vigilantes líderes são essenciais para a coordenação imediata das equipes e reporte à fiscalização, garantindo a eficiência operacional. Por fim, o regime de confinamento 15 (quinze) x 15 (quinze) dias) é a única alternativa viável para os postos em localidades remotas, onde o deslocamento diário é tecnicamente impossível, garantindo a segurança contínua do patrimônio público nessas áreas.



7.4.4. Disposições Gerais sobre Mão de Obra: A Contratada deverá disponibilizar e manter nas dependências da Contratante toda a mão de obra contratada para a realização dos serviços contínuos objeto deste documento, observadas todas as normas trabalhistas aplicáveis.

7.4.5. Critérios de Aceitabilidade de Propostas: Somente serão aceitas propostas que adotarem na planilha de custos e formação de preços (PCFP) o valor igual ou superior ao valor orçado pela Administração para a soma dos itens de salário e auxílio-alimentação, os quais são estimados com base na convenção coletiva de trabalho paradigma, que é aquela que melhor se adequa à categoria profissional que executará os serviços terceirizados, considerando a base territorial onde os serviços serão prestados. Esta exigência não implica na determinação da CCT a ser adotada pelo licitante, que deverá seguir aquela aplicável à sua categoria econômica conforme sua atividade preponderante."

7.4.6. Infraestrutura Operacional E Instalação De Escritório

7.4.7. Administrativo/Operacional em Manaus

7.4.7.1. A contratada deverá manter estrutura de escritório operacional na localidade de prestação dos serviços (Manaus/AM), medida necessária à adequada execução da vigilância patrimonial armada, com fulcro na Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017.

7.4.7.2. A exigência fundamenta-se no Anexo I, inciso X, da referida norma, que considera como insumos todos os elementos indispensáveis à execução do serviço, incluindo a infraestrutura necessária para mobiliário, equipamentos administrativos, sistemas de controle e, obrigatoriamente, cofre para guarda de armamento e munições.

7.4.7.3. Em conformidade com o Anexo V, item 2.9, da IN nº 05/2017, a estrutura física do escritório e seus componentes configuram custos necessários que devem ser previstos de forma expressa no Termo de Referência, garantindo a clareza na composição dos preços e a disponibilidade dos equipamentos utilizados na execução contratual.

7.4.7.4. Considerando a natureza armada do serviço, a disponibilização de cofre apropriado na estrutura da contratada é condição indispensável para o cumprimento das normas de segurança vigentes, assegurando a guarda de armas e munições e mitigando riscos operacionais e legais.

7.4.7.5. Conclui-se que a manutenção de escritório operacional em Manaus é medida tecnicamente necessária e juridicamente adequada, garantindo a execução eficiente e segura do contrato em observância aos princípios da eficiência e do interesse público.

7.4.7.6. Insumos Materiais e Equipamentos da Solução:

7.4.7.6.1. Para a viabilização da solução escolhida, a Contratada deverá fornecer os uniformes e equipamentos listados abaixo, cujas especificações visam garantir a segurança operacional e a integridade dos vigilantes:

**Quadro 3 - Quantitativos e Periodicidade de substituição do fardamento dos vigilantes e materiais acessórios e correlatos à execução do serviço.**

ITEM	DESCRIÇÃO GERAL	Quantidade	Intervalo de
1.	<b>Fardamento Geral</b>		
1.1.	Cobertura (boné, boina, quepe, bibico, ou outra equivalente)	2 un./Vig.	9/9 meses
1.2.	Gandola ou equivalente	2 un./Vig.	9/9 meses
1.3.	Camiseta meia manga interna	2 un./Vig.	9/9 meses
1.4.	Cinto de calça	1 un./Vig.	9/9 meses
1.5.	Calça	2 un./Vig.	9/9 meses
1.6.	Meias na cor da calça	3 un./Vig.	9/9 meses

1.7.	Coturno ou equivalente	2 un./Vig.	9/9 meses
2.	<b>Material Tático e Acessório ao Fardamento</b>		
2.1.	Capa para placas balísticas	1 un./Vig.	Substituição
2.2.	Cinto tático	1 un./Vig.	Substituição
2.3	Porta Jet Loader	1 un./Vig.	Substituição
2.4	Porta BP60	1 un./Vig.	Substituição
2.5	Coldre	1 un./Vig.	Substituição
2.6.	Fiel retrátil para arma de fogo	1 un./Vig.	Substituição
2.7.	Identificador visual na farda de detentor da função de líder	2 un./Vig.	Substituição
3	<b>Utensílio para o Serviço</b>		
3.1.	Placas balísticas nível mínimo A2	1 un./local do posto	Substituição
3.2	Arma de fogo	1 un./local do posto	Substituição
3.3.	Munição da alimentação da arma de fogo	5 un./arma de fogo	6 meses
3.4.	Munição da alimentação do jet Loader	5 un./ jet loader	Substituição
3.5.	Jet Loader	1 un./local do posto	Substituição
3.6.	Bastão BP60	1 un./local do posto	Substituição
3.7.	Algemas descartáveis	4 un./local do posto	Substituição
3.8.	Rádio comunicador HT	1 un./local do posto	Substituição
3.9.	Capa de chuva	1 un./local do posto	Substituição
3.10.	Lanterna recarregável ou com pilhas recarregáveis	1 un./local do posto	Substituição
3.11.	Apito	1 un./Vig.	Substituição
3.12.	Cofre para armas e munições	1 un./campus	Substituição
4.	<b>Para o Serviço de Condutor de Motocicleta</b>		

4.1.	Motocicleta elétrica	1 un./três campi	Substituição
4.2.	Capacete	1 un./local do posto	Substituição
4.3.	Capa de chuva de motoqueiro	1 un./local do posto	Substituição
4.4	Ponto de abastecimento para a motocicleta	1 un./moto	Substituição
5.	<b>Para o Serviço Confinado</b>		
5.1.	Caneleira de proteção contra picada de cobras (exceto Flutuantes Catalão e Tarumã)	1 un./Vig.	Substituição
5.2	ATA, capa preta para registro de ocorrências; fogão 4 bocas, gás GLP 13 Kg, rede para descanso – pernoite e utensílios de cozinha.	1 un./local do posto	Substituição

## 8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

### 8.1. Estimativa das Quantidades a serem contratadas

Para entender exatamente quanto custa cada vigilante e cada posto de trabalho no INPA, usamos três documentos principais, que são usados para dar referência e legalidade ao cálculo do valor unitário do vigilante.

#### 8.1.1. Documentos Principais para Cálculo do Valor Unitário do Vigilante

##### 8.1.1.1. O "Manual de Instruções" (Caderno de Logística)

Este documento nos ensina a "receita" de como calcular todos os custos envolvidos na contratação de serviços de vigilância.

Ele detalha cada tipo de gasto, desde o salário até os impostos e o lucro da empresa.

##### 8.1.1.2. A "Lista de Preços Atualizada" (Convenção Coletiva de Trabalho - CCT 2026/2027)

Este é o acordo entre os sindicatos dos vigilantes e das empresas, que define os valores exatos para salários, benefícios (como vale-refeição, plano de saúde) e adicionais (como periculosidade, trabalho noturno) para o ano de 2026.

##### 8.1.1.3. O "Registro de Atividades" (Nota Fiscal e Cartões Ponto/Escala)

Estes documentos mostram o que foi realmente cobrado e como os vigilantes foram distribuídos nos postos do INPA no mês de abril de 2025.

8.1.2. Como Chegamos aos Valores: A "Receita" do Custo do Vigilante Para calcular o valor de cada vigilante, seguimos a "receita" do nosso manual de instruções (Caderno de Logística), que divide os custos em algumas "categorias" principais, detalhando cada componente com base na CCT 2025/2026:

#### 8.1.2.1. O Salário e os Extras (Módulo 1 - Remuneração)

8.1.2.1.1. Salário-Base: É o valor mínimo que o vigilante recebe por mês, definido na CCT (R\$ 1.828,81).

8.1.2.1.2. Adicional de Periculosidade: Um extra de 30% sobre o salário-base por trabalhar em uma profissão de risco (R\$ 525,02).

8.1.2.1.3. Adicional Noturno: Se o vigilante trabalha à noite (entre 22h e 5h), ele recebe um extra de 20% sobre o valor da hora normal (CCT, Cláusula Quinquagésima Sexta, Parágrafo Terceiro).

8.1.2.1.4. Hora Noturna Reduzida: A hora noturna é "menor" (52 minutos e 30 segundos), então o tempo "extra" que o vigilante trabalha por causa disso também é pago com um adicional de 50% sobre o valor da hora normal (CCT, Cláusula Quinquagésima Sexta, Parágrafo Segundo).

8.1.2.1.5. Adicionais de Função: Se o vigilante é um "Líder", "Condutor" ou atua em vigilância "Ambiental" ou como "Operador de Monitoramento/Drone/AVSEC", ele recebe um extra de 10% sobre o salário-base por essas responsabilidades, conforme Cláusulas Nona, Décima, Décima Primeira e Décima Segunda da CCT.

#### 8.1.2.2. Os Benefícios e Apoios (Módulo 2 - Benefícios Mensais e Diários)

8.1.2.2.1. Prêmio de Assiduidade: Um valor fixo de R\$ 60,00 para quem não falta ao trabalho (CCT, Cláusula Vigésima Quarta).

8.1.2.2.2. Auxílio Alimentação: O valor do tíquete-refeição por dia trabalhado é de R\$ 35,00 (CCT, Cláusula Vigésima Quinta). Para quem trabalha em regime de confinamento (longe de casa), esse valor é dobrado, totalizando R\$ 1.050,00 mensais (considerando 30 dias de cobertura), pois cobre mais refeições e a dificuldade de acesso a alimentação.

8.1.2.2.3. Plano de Saúde e Odontológico: Os custos que a empresa tem com esses planos para os funcionários (R\$ 16,50, respectivamente, conforme CCT, Cláusulas Vigésima Sétima e Vigésima Oitava).

8.1.2.2.4. Seguro de Vida: O custo do seguro de vida obrigatório para o vigilante (R\$ 20,00), conforme Cláusula Trigesima da CCT.

8.1.2.2.5. Percentual Regional Indenizatório de Confinamento: Para vigilantes que atuam em regime de confinamento (15x15), é adicionado um valor de 25% sobre o salário-base, de natureza indenizatória, com recolhimento de INSS e FGTS (CCT, Cláusula Vigésima Terceira).

#### 8.1.2.3. As Ferramentas e o Treinamento (Módulo 3 - Insumos Diversos)

8.1.2.3.1. Uniformes e Equipamentos: O custo das roupas, armas, rádios e outros itens que o vigilante precisa para trabalhar (R\$50,81 e R\$ 80,50, respectivamente).

8.1.2.3.2. Cota de Aprendizagem: Um valor que a empresa precisa provisionar para cumprir a lei de contratação de jovens aprendizes (R\$ 111,48).

#### 8.1.2.4. Os Custos "Escondidos" (Módulo 4 - Encargos Sociais e Trabalhistas)

São os impostos e obrigações que a empresa tem com o governo e os direitos dos trabalhadores, como:

8.1.2.4.1. INSS e FGTS: Encargos Previdenciários e FGTS (36,80%): R\$ 837,23 Contribuições para a aposentadoria e o fundo de garantia.

8.1.2.4.2. 13º Salário e Férias: O valor que a empresa precisa guardar todo mês para pagar o 13º e as férias dos funcionários (8,33% e 8,33% + alíquota 33,34%).

8.1.2.4.3. Afastamento Maternidade: Um pequeno valor (R\$ 0,34), para cobrir os custos quando uma funcionária entra em licença-maternidade.

8.1.2.4.4. Provisão para Rescisão: Um valor guardado (R\$ 147,88), para cobrir os custos de demissão (aviso prévio, multas).

8.1.2.4.5. Custo de Reposição de Profissional Ausente: Um valor (R\$ 453,62), para cobrir a necessidade de substituir um vigilante que está de férias, doente ou em outras ausências legais.

#### 8.1.2.5. A Parte da Empresa (Módulo 5 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro - CITL)

8.1.2.5.1. Custos Indiretos (6%): R\$ 394,13. São as despesas da empresa que não estão ligadas diretamente a um vigilante específico, como aluguel do escritório, salários da equipe administrativa, contas de luz e telefone da sede, etc.

8.1.2.5.2. Tributos (8,65%): R\$ 705,74. Os impostos que a empresa paga sobre o seu faturamento (como PIS, COFINS e ISS).

8.1.2.5.3. Lucros (6,79%): R\$ 446,02. A margem de ganho da empresa pelo serviço prestado.

Ao somar todos esses itens, chegamos ao Valor Unitário por Vigilante, que é o custo total de ter um vigilante trabalhando por um mês, com todos os direitos e custos da empresa incluídos.

8.1.3. Entendendo o "Posto de Trabalho"

De acordo com o funcionamento do Inpa, esse item estabelece que o posto não é apenas um local físico, mas uma unidade de serviço ininterrupta (para o mês) dívida entre dois vigilantes que se revezam a cada dia, de forma que enquanto um trabalha o outro está de folga, isso para o regime de 12/36h.

Para que um local esteja protegido 24 horas por dia, 7 dias por semana, são necessários dois vigilantes trabalhando em revezamento (por exemplo, um trabalha 12 horas e o outro descansa 36 horas, e assim por diante).

8.1.4. As Diferenças entre os Vigilantes do INPA

No INPA, existem diferentes tipos de vigilantes, e cada um tem um custo unitário ligeiramente diferente por causa dos adicionais:

8.1.4.1. Vigilante Patrimonial (Diurno e Noturno): É o vigilante padrão. O noturno custa mais por causa dos adicionais de trabalho à noite.

8.1.4.2. Vigilante Líder e Vigilante Condutor: Eles recebem um pequeno extra por suas responsabilidades adicionais, então custam um pouco mais que o vigilante patrimonial comum.

8.1.4.3. Vigilante em Regime de Confinamento (Diurno e Noturno): Estes são os que trabalham em locais mais afastados, sem poder voltar para casa todos os dias. Eles recebem um "Percentual Regional Indenizatório de Confinamento" (um extra de 25% sobre o salário-base) e têm o auxílio-alimentação dobrado, o que aumenta bastante o custo unitário e o custo do posto.

8.1.5. O Que Encontramos para o INPA

Ao aplicar essa "receita" com os valores da CCT 2026/2027 e as quantidades de postos da Nota Fiscal do INPA, chegamos a um valor total calculado de R\$ 709.013,68 por mês.

8.1.6. Resumo dos Valores por Posto no INPA

Quadro 3 – Resumo dos Valores por Vigilante e por Posto no INPA

TIPO DE POSTO /VIGILANTE	ESCALA REGIME	VALOR UNITÁRIO POR VIGILANTE (R\$)	TOTAL DE POSTO	VALOR TOTAL MENSAL POR POSTO (R\$)	QUANTIDADE DE VIGILANTE*	VALOR ANUAL POR POSTO
Vigilante Armado – Diurno	12x36	R\$ 7.260,58	11	R\$ 14.521,16	22	R\$ 159.732,76
Vigilante Armado – Noturno	12x36	R\$ 8.110,96	12	R\$ 16.221,92	24	R\$ 194.663,04
Vigilante Armado Líder – Diurno	12x36	R\$ 7.648,43	1	R\$ 15.296,86	2	R\$ 15.296,86
Vigilante Armado Líder – Noturno	12x36	R\$ 8.649,99	1	R\$ 17.299,98	2	R\$ 17.299,98

Vigilante Armado Condutor – Diurno	12x36	R\$ 7.648,43	1	R\$ 15.296,86	2	R\$ 15.296,86
Vigilante Armado Condutor – Noturno	12x36	R\$ 8.649,99	1	R\$ 17.299,98	2	R\$ 17.299,98
Vigilante Armado Confinamento - Diurno	15x15	R\$ 9.443,59	<b>10</b>	R\$ 18.887,18	20	<b>R\$ 188.871,80</b>
Vigilante Armado Confinamento - Noturno	15x15	R\$ 10.055,24	<b>5</b>	R\$ 20.110,48	10	<b>R\$ 100.552,40</b>
Total Geral						R\$ 709.013,68

#### 8.1.8. Resumo da Análise Financeira para o INPA

8.1.8.1. Valor Total Mensal: Com base na análise detalhada dos custos por vigilante e por posto, o valor total mensal que o INPA pagará pelos serviços de vigilância será de aproximadamente R\$ **709.013,68**;

8.1.8.2. Custo Anual Estimado: Considerando este valor mensal, o custo anual estimado para os serviços de vigilância no INPA, com base na CCT 2026/2027 e na estrutura de postos atual, seria de aproximadamente R\$ **8.508.164,16** (R\$ 709.013,68 x 12 meses); e

8.1.8.3. Complexidade da Formação de Preços: Esta análise demonstra a complexidade da formação de preços em contratos de vigilância, onde cada componente, desde o salário-base e adicionais específicos até os encargos sociais e custos operacionais da empresa, contribui para o valor final pago por cada posto de trabalho.

## 9. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 8.508.164,16

### 9.1. Metodologia da Estimativa

9.1.1. A estimativa do valor da contratação para o serviço de vigilância patrimonial armada foi elaborada com base em uma metodologia que integra as diretrizes do caderno de logística: Serviços de Vigilância do Governo Federal, utilizando dados específicos de pisos salariais e encargos sociais estabelecidos nas Convenções Coletivas de Trabalho (CCTs) vigentes para a categoria de vigilantes no Estado do Amazonas. Para a obtenção do preço unitário mensal do vigilante, foram considerados os parâmetros de pesquisa de preços previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, de forma combinada, priorizando-se (quando aplicável e disponível) os dados de sistemas oficiais de governo (como Painel de Preços), contratações similares feitas pela Administração Pública, garantindo a transparência e a conformidade da estimativa com as práticas de mercado e a legislação trabalhista.

9.1.2. O foco deste estudo é determinar o preço unitário mensal de um vigilante patrimonial armado, considerando todos os componentes de custo.

### 9.2. Custo Atual Dos Serviços De Vigilância No INPA

9.2.1. Atualmente o custo mensal total dos serviços de vigilância no INPA é de R\$ 625.143,84 (seiscentos e vinte e cinco mil cento e quarenta e três reais e oitenta e quatro centavos), resultando em um custo anual estimado de R\$ 7.501.726,08 (sete milhões, quinhentos e um mil setecentos e vinte e seis reais e oito centavos).

### 9.3. Outras Variáveis a Considerar

9.3.1. Precisam ser consideradas, tais como: uniformes e acessórios por vigilante condutor, uniformes e acessórios por vigilante confinado, aproximadamente R\$ 131,31 por mês por vigilante confinado e/ou motorizado. Em suma, os custos atuais de vigilância do INPA, conforme as necessidades existentes, resultam em um gasto mensal de R\$ 709.013,68, e um custo anual projetado de R\$ 8.508.164,16.

## 10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

10.1. Em observância ao Art. 47, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, optou-se pelo não parcelamento do objeto por ser tecnicamente inviável e prejudicial à eficiência do serviço. Embora o Art. 40, V, incentive a divisão para ampliar a competitividade, a vigilância do INPA exige unidade de comando e padronização operacional (incluindo a ronda motorizada por moto elétrica) em suas diversas unidades.

### 10.2. Fundamentação Legal E Conceitual

10.2.1. A decisão sobre o parcelamento ou não da solução de serviços de vigilância para o INPA, considerando suas diversas unidades e a possibilidade de subcontratação, deve ser cuidadosamente justificada com base na Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos) e no Manual de Licitações e Contratos da Advocacia-Geral da União (AGU).

10.2.2. A Lei nº 14.133/2021, em seu Art. 40, inciso V, estabelece como regra geral o parcelamento do objeto sempre que for tecnicamente e economicamente viável, visando ampliar a competitividade e buscar a proposta mais vantajosa para a Administração.

10.2.2.1. No entanto, o Art. 47, § 1º, permite a não divisão em itens ou lotes quando a divisão for tecnicamente ou economicamente inviável ou prejudicial ao conjunto ou complexo do objeto. A seguir, serão analisadas as justificativas para ambas as abordagens, considerando o cenário do INPA.

### 10.3. Justificativa Para O Não Parcelamento Da Solução (Lote Único)

10.3.1. A contratação em lote único nacional é a abordagem mais adequada e justificada, especialmente porque a Administração prioriza a padronização e a centralização da gestão de todos os serviços de vigilância do INPA, independentemente da complexidade ou localização. Esta contratação não permitirá a subcontratação de qualquer parte do objeto, exigindo que o contratado principal demonstre plena capacidade e estrutura para executar diretamente todos os serviços em todas as unidades e regimes do INPA.

#### 10.3.2. Economia De Escala e Centralização (Art. 47, § 1º)

10.3.2.1. Uma única empresa, ao gerenciar um contrato de maior volume e complexidade sem subcontratação, pode obter melhores condições na aquisição e gestão de insumos (uniformes, equipamentos), na gestão de pessoal administrativo e na otimização de processos, resultando em uma economia de escala que se traduz em um preço global mais vantajoso e uma gestão mais eficiente.

10.3.2.2. A gestão centralizada de um único contrato simplifica a fiscalização, o faturamento e a comunicação para o INPA, reduzindo a burocracia administrativa interna e otimizando recursos. A gestão centralizada de um único contrato simplifica a fiscalização, o faturamento e a comunicação para o INPA, reduzindo a burocracia administrativa interna.

#### 10.3.3. Padronização e Qualidade Dos Serviços (Art. 47, § 1º)

10.3.3.1. Um único contratado pode garantir a padronização dos procedimentos de segurança, dos treinamentos, dos equipamentos e dos relatórios em todas as unidades do INPA.

10.3.3.2. Isso é crucial para uma instituição de pesquisa, que busca uma identidade e um nível de segurança uniformes.

10.3.3.3. Evitaria possíveis inconsistências ou variações de qualidade que poderiam surgir com múltiplos contratos e diferentes prestadores.

#### 10.3.4. Estratégia de Segurança Integrada

10.3.4.1. Para uma instituição como o INPA, que pode ter pesquisas interligadas entre os núcleos e ambientes diversos (urbanos, rurais, florestais, fluviais), uma estratégia de segurança unificada e coordenada por um único parceiro é mais eficaz na prevenção e resposta a incidentes. A ausência de subcontratação garante maior controle e integração na operação de segurança em todas as frentes.

#### 10.4. Conclusão e Recomendação

10.4.1. A escolha entre parcelamento e não parcelamento dependerá da prioridade estratégica do INPA.

10.4.2. Cenário de priorização da gestão centralizada se a prioridade for centralizar a gestão e garantir a padronização e a qualidade dos serviços com um único ponto de contato, o não parcelamento em um lote único nacional é a melhor opção. Esta escolha exige que a contratada principal possua capacidade operacional e logística comprovada para atuar diretamente em todas as localidades e regimes previstos, assegurando a eficácia da gestão centralizada sem o uso de subcontratação.

#### 10.5. Cenário de Priorização da Competitividade Local

10.5.1. Se a prioridade máxima for maximizar a competitividade local e garantir a precificação mais granular possível em cada estado, o parcelamento por lotes regionais/estaduais seria a abordagem mais alinhada.

#### 10.5.2. Cenário de Priorização da Gestão Centralizada

10.5.2.1. Se a prioridade for centralizar a gestão, garantir a padronização dos serviços e ter um único ponto de contato, o não parcelamento em um lote único poderá ser a melhor opção, desde que a cláusula de subcontratação seja rigorosamente aplicada e fiscalizada para assegurar que os custos sejam respeitados.

#### 10.5.3. Requisito de Justificativa Robusta

10.5.3.1. Em qualquer cenário, a justificativa deve ser robusta e baseada em um Estudo Técnico Preliminar (ETP) aprofundado, conforme o Art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

10.5.3.2. Este ETP deve analisar a viabilidade técnica e econômica de ambas as abordagens, considerando os custos totais, a capacidade do mercado, os riscos envolvidos e os benefícios esperados para a Administração.

10.5.3.3. A cláusula de subcontratação, conforme descrita, é um elemento-chave que pode inclinar a balança a favor do lote único, pois permite conciliar a gestão centralizada com a flexibilidade de custos regionais.



## 11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

### 11.1. Fundamentação e Distinção Conceitual

11.1.1. De acordo com a Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos), o Manual de Licitações e Contratos da Advocacia-Geral da União (AGU) e o Caderno de Logística dos Serviços de Vigilância Patrimonial, a análise de contratações "correlatas e/ou interdependentes" ao serviço de vigilância patrimonial armada motorizada com veículo de duas rodas elétrico exige uma compreensão aprofundada da natureza de cada serviço e sua relação com a operação principal.

11.1.2. A Lei nº 14.133/2021, em seu Art. 40, inciso V, e Art. 47, § 1º, estabelece a regra do parcelamento do objeto para ampliar a competitividade, mas permite a não divisão quando for técnica ou economicamente inviável ou prejudicial ao conjunto. O Manual da AGU reforça a necessidade de um Estudo Técnico Preliminar (ETP) (Art. 18, I) para justificar essas decisões.

11.1.3. No contexto específico da vigilância motorizada elétrica, a distinção entre "correlata" e "interdependente" é crucial:

11.1.3.1. Contratação Correlata: Refere-se a um serviço que está diretamente relacionado ou complementar ao serviço principal, mas que poderia, em tese, ser executado por um fornecedor diferente sem inviabilizar completamente a operação principal, embora possa haver perda de eficiência ou sinergia.

11.1.3.2. Contratação Interdependente: Refere-se a um serviço cuja execução é essencial e mutuamente dependente para o funcionamento, a eficiência ou a legalidade do serviço principal. A ausência ou falha do serviço interdependente comprometeria gravemente ou inviabilizaria a operação do serviço principal.

### 11.2. Contratações Interdependentes (Essenciais para a operação específica)

11.2.1. Esses serviços são cruciais para que a vigilância motorizada elétrica possa sequer existir ou operar de forma contínua e eficaz. A falha em qualquer um deles comprometeria diretamente a capacidade de realizar a patrulha motorizada elétrica.

#### 11.2.2. Provisão e Manutenção de Veículos Elétricos de Duas Rodas:

11.2.2.1. Justificativa: A funcionalidade da vigilância motorizada elétrica depende diretamente da disponibilidade e manutenção preventiva e corretiva desses veículos. A empresa contratada será integralmente responsável por fornecer os veículos elétricos e arcar com todos os custos de sua manutenção.

11.2.2.2. Fundamentação (Caderno de Logística): Embora o Caderno de Logística vede a contratação conjunta de "instalação, manutenção ou aluguel de equipamentos de vigilância eletrônica" por serem "serviços de engenharia", a provisão e manutenção dos veículos de patrulha, quando parte integrante do serviço de vigilância, são consideradas um insumo essencial para a execução do objeto principal.

#### 11.2.3. Infraestrutura de Recarga (Eletropostos) e Fornecimento de Energia Elétrica:

11.2.3.1. Justificativa: A operação contínua dos veículos elétricos é inviável sem pontos de recarga adequados e funcionais e o fornecimento ininterrupto de energia. O INPA já dispõe de dois totens de carregamento que poderão ser utilizados pela contratada para a recarga das motocicletas elétricas.

11.2.3.2. O fornecimento de energia elétrica é o insumo básico e contínuo para a operação dos veículos elétricos. Sem o fornecimento adequado, os veículos não podem ser recarregados e, consequentemente, não podem operar.

11.2.3.3. Fundamentação (Lei Nº 14.133/2021): O fornecimento de energia é um serviço público essencial, geralmente contratado de concessionárias, e sua interdependência com a operação dos veículos elétricos é direta. A existência de infraestrutura de recarga própria do INPA mitiga a necessidade de contratação de serviços de instalação de novos eletropostos, focando na utilização e eventual manutenção da infraestrutura existente.

### 11.3. Contratações Correlatas (Complementares ou de Apoio)

11.3.1. Esses serviços apoiam ou complementam a vigilância motorizada elétrica, mas sua ausência não inviabilizaria completamente a operação principal, embora possa reduzir sua eficácia ou abrangência.

#### 11.3.2. Aquisição ou Locação dos Veículos Elétricos de Duas Rodas (Se Não Fornecidos pela Empresa de Vigilância):

11.3.2.1. Justificativa: Se a Administração optar por ser a proprietária da frota ou por alugar os veículos diretamente de uma locadora especializada (separadamente do contrato de vigilância), essa seria uma contratação de bens ou de serviço de locação de bens. Permite maior controle sobre a frota e alinhamento com políticas de sustentabilidade (servicos\_vigilancia.pdf, p. 13). No presente ETP, a provisão e manutenção dos veículos elétricos são de responsabilidade da contratada, tornando esta contratação correlata desnecessária.

#### 11.3.3. Serviços de Monitoramento Eletrônico (O serviço, não o equipamento):

11.3.3.1. Justificativa: Câmeras de segurança, alarmes e sistemas de controle de acesso reforçam a vigilância física. Uma central de monitoramento pode coordenar as patrulhas motorizadas, otimizando rotas e respostas. Embora a patrulha motorizada possa existir sem um sistema de monitoramento eletrônico integrado, a eficácia e a capacidade de resposta seriam menores.

11.3.3.2. Fundamentação (Caderno de Logística): Permite que empresas de segurança privada prestem o serviço de monitoramento como "decorrência de vigilância patrimonial" (servicos\_vigilancia.pdf, p. 13), mas a aquisição/aluguel dos equipamentos é separada.

#### 11.3.4. Serviços de Controle de Acesso:

11.3.4.1. Justificativa: Gerenciam a entrada e saída de funcionários, visitantes e veículos, complementando a segurança patrimonial geral e a atuação dos vigilantes motorizados.

#### 11.3.5. Segurança Desarmada:

11.3.6. Justificativa: Guardas que atuam sem armamento podem complementar a vigilância armada em áreas de menor risco, em funções de recepção ou apoio, liberando os vigilantes armados motorizados para patrulhas mais estratégicas.

#### 11.3.7. Consultoria em Segurança:

11.3.7.1. Justificativa: Planejamento estratégico, auditorias e análises de risco para otimizar a proteção patrimonial, incluindo a eficiência das patrulhas motorizadas e a integração de novas tecnologias.

#### 11.3.8. Outras Modalidades de Segurança Privada:

11.3.8.1. Transporte de Valores: Embora não diretamente ligada à patrulha motorizada, é uma modalidade de segurança que pode ser necessária para a instituição, mas muito raro de acontecer.

11.3.8.2. Segurança Pessoal (Vip): Proteção de indivíduos, distinta da proteção patrimonial, mas do mesmo setor.

11.3.8.3. Escolta Armada (Com Outros Tipos De Veículos): Se a instituição precisar de escolta para bens ou pessoas que não se adequem ao veículo de duas rodas elétrico.

#### 11.3.9. Serviços de Brigada de Incêndio:

11.3.9. Justificativa: Essencial para a segurança geral do patrimônio, mas o Caderno de Logística (servicos\_vigilancia.pdf, p. 18) veda expressamente a licitação conjunta com serviços de vigilância.

#### 11.3.10. Serviços de Portaria/Vigia:

11.3.10.1. Justificativa: Funções de controle de acesso sem as prerrogativas de vigilância armada. O Caderno de Logística os diferencia claramente da vigilância patrimonial, indicando que devem ser contratados separadamente.

### 11.4. Considerações Estratégicas e Flexibilidade Operacional

#### 11.4.1. Armamento dos Vigilantes:

11.4.1.1. Justificativa: A escolha do armamento de uso permitido para os vigilantes visa garantir a maior capacidade de resposta tática e segurança, haja vista que a cidade de Manaus, por ser uma capital, enfrenta os impactos da desigualdade social, materializada em forma de violência ao patrimônio físico das instalações e das pessoas do INPA; assim, justificando a necessidade de que a vigilância seja armada, ao menos com arma de fogo do tipo de revólver.

#### 11.4.2. Flexibilidade na Escolha de Veículos Motorizados:

11.4.2.1. Justificativa: Embora o uso de motocicletas elétricas seja a opção preferencial e obrigatória para o patrulhamento na área de floresta do Campus 1, em alinhamento com os princípios de sustentabilidade e baixo impacto ambiental, o INPA reconhece a necessidade de flexibilidade operacional.

11.4.2.2. Em caso de recursos, impugnações ou não conformidades com os órgãos de controle que inviabilizem a utilização das motos elétricas, e na impossibilidade de contra argumentação eficaz, poderá ser considerada a utilização de motocicletas a gasolina, conforme já vem sendo contratado ao longo dos anos. Esta medida visa assegurar a continuidade ininterrupta do serviço de vigilância, priorizando a segurança e a operacionalidade em face de desafios imprevistos.

#### 11.4.3. Princípios para Agrupamento ou Separação:

11.4.3.1. A decisão de agrupar ou separar essas contratações em lotes deve ser sempre precedida de análise da viabilidade técnica e econômica, dos riscos e dos benefícios de cada arranjo, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e as orientações da AGU. A interdependência é um forte argumento para a contratação conjunta, se a separação gerar ineficiência ou inviabilidade, enquanto a correlação pode justificar o parcelamento para ampliar a competitividade.

## 12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

12.1. A presente contratação está incluída no Plano de Contratações Anual, de modo a indicar o seu alinhamento com os instrumentos de planejamento do INPA.

12.2. Para o Serviço de vigilância e segurança patrimonial armada, compreendendo a vigilância ostensiva, fixa e operacional, com o emprego de vigilantes devidamente habilitados, uniformizados e equipados com arma de fogo; Serviço de proteção e preservação das instalações com fornecimento de armamento, munições e coletes balísticos pelo contratado; Serviço de vigilância armada 24h (escalas 12x36h, 15/15d) contemplando a segurança das áreas prioritárias e perímetros estratégicos do Instituto, consta no PCA 2026 do INPA como:

12.2.1. ID PCA no PNCP: 01263896000164-0-000012/2026

12.2.2. Data de publicação no PNCP: 13/05/2026

12.2.3. Id do item no PCA: 144

12.2.4. Classe/Grupo: 852 – SERVIÇO DE INVESTIGAÇÃO E SEGURANÇA

12.2.5. Identificador da Futura Contratação: 240105-78/2026.

12.3. Diretrizes Da IN SEGES Nº 58/2022 Para O ETP

12.3.1. A Instrução Normativa SEGES Nº 58/2022 estabelece diretrizes claras para a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares (ETP), com o objetivo de garantir que as contratações públicas estejam devidamente fundamentadas e alinhadas aos instrumentos de planejamento da Administração.

12.4. O art. 7º Da IN SEGES Nº 58/2022, afirma explicitamente que: "O ETP está alinhado com o Plano de Contratações Anual: Item 103 CATSERV 852 - SERVIÇOS DE INVESTIGAÇÃO E SEGURANÇA Identificação da futura contratação 240105-78/2029 valor estimado para a contratação R\$ 9.000.000,00 Com o Plano Diretor de Logística Sustentável, além de outros instrumentos de planejamento da Administração."

12.5. O art. 9º, Inciso IX, da IN SEGES Nº 58/2022, complementarmente, exige que o ETP contenha um:

"demonstrativo da previsão da contratação no Plano de Contratações Anual, de modo a indicar o seu alinhamento com os instrumentos de planejamento do órgão ou entidade;"

12.6. Ao analisar o ETP do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), percebe-se que o conteúdo geral do ETP, de forma implícita e explícita em outras seções, demonstra um forte alinhamento com as necessidades estratégicas e operacionais do INPA, bem como com o arcabouço legal vigente.

12.6.1. Resultados Pretendidos (Art. 9º, X da IN 58/2022)

12.6.1.1. Embora não haja uma seção específica para "Resultados Pretendidos", o ETP implicitamente busca a segurança institucional, a proteção de pessoas e patrimônio, a continuidade das pesquisas e a mitigação de riscos. A fiscalização rigorosa por meio de um Instrumento de Medição de Resultado (IMR) visa garantir a qualidade, disponibilidade e tempo de atendimento, o que se traduz em melhor aproveitamento dos recursos e eficiência na contratação.

12.7. Conclusão do Alinhamento

12.7.1. O documento, em sua totalidade, demonstra um planejamento robusto e um forte alinhamento da contratação com as necessidades estratégicas e operacionais do INPA. O ETP detalha a justificativa da necessidade, a complexidade dos ambientes a serem protegidos, os requisitos técnicos e de sustentabilidade, a solução escolhida e sua conformidade legal.

12.7.2. A contratação de serviços de vigilância é apresentada como uma atividade-meio essencial para a continuidade das atividades finalísticas do INPA, a proteção de seu valioso patrimônio e a segurança de sua comunidade. A menção ao DFD, à Lei nº 14.133/2021 e às CCTs, juntamente com a descrição detalhada das necessidades por localidade e a solução abrangente, indica que a contratação é fruto de um processo de planejamento que visa atender a demandas prementes e de longo prazo do Instituto.

12.7.3. Portanto, o ETP do INPA cumpre os requisitos ao evidenciar a viabilidade e a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina, demonstrando que a demanda está intrinsecamente ligada aos objetivos e à missão do órgão.

## 13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

13.1. A contratação dos serviços de vigilância patrimonial armada para o INPA, conforme detalhado no Estudo Técnico Preliminar (ETP), busca alcançar uma série de benefícios que se alinham diretamente com os princípios que regem a Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos).

13.1.2. Vamos percorrer sobre os benefícios sob a ótica dos princípios solicitados:

### 13.1.2.1. Sustentabilidade

13.1.2.1.1. A sustentabilidade é um pilar central da Nova Lei de Licitações, que incentiva contratações que promovam o desenvolvimento nacional sustentável. O ETP do INPA demonstra um compromisso notável com este princípio, buscando benefícios ambientais e sociais:

#### 13.1.2.1.1.1. Redução de Impacto Ambiental:

13.1.2.1.1.1.1. A obrigatoriedade do uso de motocicletas elétricas para patrulhamento em áreas de floresta do Campus 1 é um exemplo claro.

#### 13.1.2.1.1.2. Economicidade de Recursos e Produção de Resíduos:

13.1.2.1.1.2.1. Isso se estende ao incentivo ao uso de bicicletas e à priorização de veículos de duas rodas movidos a eletricidade e o não uso de motores a combustão.

13.1.2.1.1.2.2. A contratada será responsável por práticas que visam a economia de energia e água, a redução de resíduos sólidos, o uso de pilhas recarregáveis e a destinação ambientalmente adequada de materiais.

13.1.2.1.1.2.3. A eliminação de copos descartáveis também é uma medida de sustentabilidade.

#### 13.1.2.1.1.3. Inovação Ambiental:

13.1.2.1.1.3.1. O incentivo à implementação de soluções inovadoras, como tecnologias de monitoramento de baixo impacto ambiental, contribui para um modelo de segurança mais verde.

### 13.1.2.2. Economicidade

13.1.2.2.1. A economicidade busca a obtenção do melhor resultado com o menor custo, sem comprometer a qualidade. O ETP aborda este princípio de diversas formas:

#### 13.1.2.2.1.1. Otimização de Custos:

13.1.2.2.1.1.1. A metodologia detalhada para o cálculo do valor unitário por vigilante, considerando todos os encargos e benefícios, visa garantir uma precificação justa e transparente, evitando custos desnecessários.

#### 13.1.2.2.1.2. Vantajosidade da Contratação:

13.1.2.2.1.2.1. A possibilidade de prorrogação contratual por até 10 anos está condicionada à comprovação de vantajosidade para a Administração, incluindo a negociação para redução de custos não renováveis.

#### 13.1.2.2.1.3. Minimização de Passivos Trabalhistas:

13.1.2.2.1.3.1. A exigência de que a empresa contratada tenha um histórico de cumprimento da CCT e da CLT minimiza riscos de futuros passivos trabalhistas, que poderiam gerar custos adicionais significativos para a Administração.

#### 13.1.2.2.1.4. Economia de Escala:

13.1.2.2.1.4.1. A discussão sobre o parcelamento ou não da solução (lote único nacional vs. lotes regionais) considera a economia de escala que uma única empresa pode obter em um contrato de maior volume, otimizando a aquisição de insumos e a gestão.

### 13.1.2.3. Moralidade

13.1.2.3.1. A moralidade na administração pública refere-se à conduta ética, honesta e transparente dos agentes públicos e das empresas contratadas.

#### 13.1.2.3.1.1. Garantia de Direitos Trabalhistas:

13.1.2.3.1.1.1. A exigência de cumprimento irrestrito da CLT e da CCT, incluindo piso salarial, benefícios e adicionais, assegura que os vigilantes sejam tratados de forma justa e digna.

#### 13.1.2.3.1.2. Não Discriminação e Inclusão Social:

13.1.2.3.1.2.1. A imposição de práticas de seleção e gestão de pessoal que proíbam preconceitos e a exigência de cotas para Pessoas com Deficiência (PcD), mulheres vítimas de violência doméstica e familiar e pessoas presas ou egressas do sistema prisional, conforme detalhado na Seção 5.3.3.1.1, promovem ativamente a igualdade, a inclusão social e o apoio à ressocialização e reinserção desses indivíduos no mercado de trabalho. Isso contribui significativamente para a redução do ciclo de violência, diminuição da reincidência criminal e para o desenvolvimento social e econômico das comunidades.

#### 13.1.2.3.1.3. Transparência e Fiscalização:

13.1.2.3.1.3.1. A fiscalização rigorosa da execução dos serviços por meio de um Instrumento de Medição de Resultado (IMR) e a possibilidade de aplicação de sanções em caso de não conformidade promovem a integridade e a responsabilidade.

#### 13.1.2.4. Legalidade

13.1.2.4.1. A legalidade é a base de toda a atuação da Administração Pública, garantindo que todas as ações estejam em conformidade com a lei.

##### 13.1.2.4.1.1. Conformidade com a Lei Nº 14.133/2021:

13.1.2.4.1.1.1. O ETP é elaborado sob a égide da Nova Lei de Licitações, citando-a em diversos pontos como fundamento para a contratação, a vigência contratual e a fiscalização.

##### 13.1.2.4.1.2. Observância de Normativas Específicas:

13.1.2.4.1.2.1. A contratação exige o cumprimento de leis e regulamentos específicos da área de segurança privada (Lei nº 14.967/2024), normas trabalhistas (CLT, CCT) e ambientais (Resolução CONAMA nº 401/2008).

##### 13.1.2.4.1.3. Segurança Jurídica:

13.1.2.4.1.3.1. A contratação busca a segurança jurídica ao basear-se em modelos de contratação já validados e em uma análise detalhada dos custos e requisitos legais.

#### 13.1.3. Outros Princípios Relevantes da Lei Nº 14.133/2021

13.1.3.1. Além dos princípios explicitamente solicitados, a contratação no INPA também busca benefícios alinhados a outros pilares da Nova Lei de Licitações:

##### 13.1.3.1.1. Eficiência:

###### 13.1.3.1.1.1. Continuidade e Aprimoramento dos Serviços:

13.1.3.1.1.1.1. A contratação visa assegurar a continuidade ininterrupta e aprimorada dos serviços de vigilância, essencial para as atividades do INPA.

###### 13.1.3.1.1.2. Qualificação e Adaptação:

13.1.3.1.1.2.1. A exigência de vigilantes qualificados, com habilidades específicas (como curso de brigadista), garante a eficácia da segurança em ambientes diversos e complexos.

###### 13.1.3.1.1.3. Gestão Centralizada e Padronização:

13.1.3.1.1.3.1. A opção por um lote único nacional, com subcontratação regional, pode trazer benefícios de padronização de procedimentos e qualidade dos serviços em todas as unidades do INPA.

##### 13.1.3.1.2. Interesse Público:

###### 13.1.3.1.2.1. Proteção de Pessoas e Patrimônio:

13.1.3.1.2.1.1. O objetivo primordial da contratação é preservar a integridade física de pesquisadores, bolsistas, estagiários, colaboradores e visitantes, bem como proteger o patrimônio público de valor inestimável do INPA.

###### 13.1.3.1.2.2. Continuidade das Pesquisas Científicas:

13.1.3.1.2.2.1. A segurança é vital para a continuidade das pesquisas científicas e ambientais, que são de grande interesse público.

#### 13.1.4. Planejamento:

##### 13.1.4.1. Análise Detalhada:

13.1.4.1.1. O ETP demonstra um planejamento minucioso, com levantamento de mercado, análise de alternativas e justificativa da solução escolhida, garantindo que a contratação seja bem fundamentada.

13.1.5. Competitividade:

13.1.5.1. Ampliação da Participação:

13.1.5.1.1. A discussão sobre o parcelamento ou não da solução visa, em última instância, ampliar a competitividade, seja permitindo a participação de empresas regionais (no caso de parcelamento) ou garantindo que grandes empresas possam competir por um contrato abrangente (no caso de lote único com subcontratação).

13.2. Sumário dos Benefícios

13.2.1. Em suma, a contratação dos serviços de vigilância pelo INPA, conforme delineado no ETP, busca não apenas atender a uma necessidade operacional imediata, mas também gerar valor público significativo ao incorporar e promover os princípios fundamentais da Lei nº 14.133/2021, resultando em uma gestão mais eficiente, transparente, ética e sustentável dos recursos públicos.

## 14. Providências a serem Adotadas

14.1. Detalhamento das Necessidades e Elaboração do Termo de Referência (TR) ou Projeto Básico (PB) Ação: Com base no ETP aprovado, a equipe de planejamento da contratação (a área técnica e requisitante) deverá elaborar o Termo de Referência (para serviços). Pontos a serem detalhados:

14.1.1. Inclusão e Detalhamento das Cotas Sociais: O Termo de Referência e o Edital de Licitação deverão incorporar expressamente as exigências de percentuais mínimos para: Pessoas com Deficiência (PcD) e beneficiários reabilitados, detalhando a proporcionalidade conforme o número de empregados da Contratada (Lei nº 8.213/91). Mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, conforme o percentual mínimo de 8% e as especificidades do Decreto nº 12.516/2025.

14.1.1.1. Deverão ser estabelecidos os procedimentos para que a Contratada obtenha as indicações de mulheres aptas por meio de acordos com as unidades responsáveis pela política pública. Pessoas presas ou egressas do sistema prisional, de acordo com a tabela de percentuais do Decreto nº 9.450/2018 e as condições específicas para cada regime (fechado, semiaberto), incluindo a necessidade de autorização judicial e responsabilidades da Contratada por transporte, alimentação e demais direitos.

14.1.2. O edital deverá, ainda, prever que a fiscalização e o controle do cumprimento de todas essas cotas serão realizados de forma rigorosa, conforme o Instrumento de Medição de Resultado (IMR) previsto.

14.1.3. Especificações Técnicas: Descrição precisa dos serviços, incluindo os requisitos para os vigilantes (formação, curso de brigadista), os equipamentos (motos elétricas, armamento de uso permitido), e outras tecnologias a serem utilizadas, bem como, qualquer outro necessário.

14.1.4. Locais e Quantitativos: Confirmar e detalhar os postos de trabalho em cada localidade do INPA (Campi, Reservas, Bases Terrestres e Fluviais e Estações Experimentais), em alinhamento com a distribuição de 84 vigilantes.

14.1.5. Condições de Execução: Horários, escalas de trabalho (12x36h, 15x15 dias), logística de transporte e alojamento para postos de confinamento, e responsabilidades da contratada.

14.1.6. Critérios de Sustentabilidade: Formalizar as exigências de uso de motos elétricas, gestão de resíduos, economia de recursos e outras práticas socioambientais detalhadas no ETP.

14.1.7. Instrumento de Medição de Resultado (IMR): Definir claramente os indicadores de desempenho, metas e padrões de qualidade que serão utilizados para fiscalizar a execução do contrato e balizar os pagamentos. O IMR deverá incluir a fiscalização da conformidade com as exigências de Conta Vinculada e o cumprimento das cotas de inclusão social, conforme o Art. 117, § 2º, da Lei nº 14.133/2021.

14.1.7.1. Justificativa: O TR é o documento que orientará os licitantes na formulação de suas propostas e servirá de base para o contrato. Sua clareza e completude são essenciais para evitar problemas durante a execução.

14.2. Definição Final Sobre o Parcelamento da Solução

14.2.1. Ação: A decisão pelo não parcelamento da contratação, adotando o lote único nacional, foi formalizada e justificada conforme a seção 10 deste ETP. Esta abordagem visa a máxima centralização e padronização dos serviços, exigindo da contratada principal a capacidade de execução direta em todas as unidades e regimes do INPA, sem o uso de subcontratação.

14.2.2. Justificativa: Esta decisão impacta diretamente a competitividade do processo licitatório e a gestão do futuro contrato, estando alinhada aos princípios da Lei nº 14.133/2021 (Art. 40, V e Art. 47, § 1º) ao buscar a otimização da gestão, a padronização e a economia de escala.

#### 14.3. Pesquisa de Preços e Orçamento Detalhado da Contratação

14.3.1. Ação: Realizar uma pesquisa de preços atualizada e abrangente para compor o orçamento detalhado da contratação. Embora o ETP já apresente uma estimativa de valor (Seção 9), esta etapa visa confirmar a vantajosidade e a adequação dos valores ao mercado no momento da licitação.

14.3.2. Justificativa: A Lei nº 14.133/2021 exige que o valor estimado da contratação seja compatível com os preços praticados no mercado, garantindo a economicidade e a transparência.

#### 14.4. Análise de Riscos e Matriz de Riscos

14.4.1. Ação: Conduzir uma análise de riscos aprofundada, identificando os riscos inerentes à contratação e à execução dos serviços (operacionais, financeiros, trabalhistas, ambientais, logísticos) e propondo medidas de mitigação. Se aplicável, elaborar uma matriz de riscos que será um documento dinâmico, passível de reanálise e atualização conforme o avanço do planejamento da contratação (ao final da elaboração do Termo de Referência) e na fase de gestão contratual.

14.4.2. Justificativa: A gestão de riscos é um componente essencial do planejamento na Nova Lei de Licitações, visando prevenir problemas e garantir a boa execução contratual, mitigando falhas e assegurando a continuidade dos serviços.

#### 14.5. Elaboração do Edital de Licitação

14.5.1. Ação: Com o TR e o orçamento detalhado em mãos, a equipe responsável elaborará o Edital de Licitação. Este documento conterá todas as regras do certame, os critérios de habilitação (jurídica, técnica, econômico-financeira), os critérios de julgamento das propostas, as condições de participação e os prazos.

14.5.2. Justificativa: O edital é a "lei" da licitação, e sua clareza e conformidade legal são fundamentais para atrair bons licitantes e garantir a lisura do processo.

#### 14.6. Análise Jurídica e Aprovação do Processo Licitatório

14.6.1. Ação: Todos os documentos do processo (ETP, TR, pesquisa de preços, edital e seus anexos) devem ser submetidos à análise e parecer jurídico do órgão de assessoria jurídica do INPA.

14.6.2. Justificativa: A análise jurídica é obrigatória e visa assegurar a conformidade de todo o processo com a legislação vigente, minimizando riscos de impugnações e questionamentos futuros.

#### 14.7. Publicação do Edital e Condução do Processo Licitatório

14.7.1. Ação: Após a aprovação jurídica, o edital será publicado nos canais oficiais, iniciando a fase externa da licitação. O processo licitatório será conduzido, incluindo a recepção das propostas, a fase de lances (se for o caso), o julgamento das propostas e a habilitação dos licitantes.

14.7. Justificativa: Esta etapa concretiza a busca pela proposta mais vantajosa para a Administração, em conformidade com os princípios da publicidade e da competitividade.

#### 14.8. Homologação, Adjudicação e Assinatura do Contrato

14.8.1. Ação: Concluída a fase de julgamento e habilitação, o resultado da licitação será homologado pela autoridade competente, e o objeto será adjudicado ao licitante vencedor. Em seguida, o contrato será assinado entre o INPA e a empresa contratada.

14.8.2. Justificativa: A assinatura do contrato formaliza a relação jurídica e as obrigações de ambas as partes.

#### 14.9. Planejamento e Capacitação para a Gestão e Fiscalização Contratual

14.9.1. Ação: Paralelamente às etapas anteriores, o INPA deve designar e capacitar os servidores que atuarão como gestores e fiscais do contrato. É fundamental que esses profissionais compreendam o TR, o IMR e as cláusulas contratuais, incluindo as exigências de sustentabilidade e as condições de trabalho dos vigilantes.

14.9.2. Justificativa: Uma gestão e fiscalização eficazes são essenciais para garantir que os benefícios previstos no ETP sejam de fato alcançados e que o contrato seja executado conforme o planejado, assegurando a qualidade dos serviços e a proteção do interesse público.

#### 14.10. Consideração Final Sobre o Processo de Contratação

14.10.1. Ao seguir essas providências, o INPA estará construindo um processo de contratação robusto, transparente e alinhado com as melhores práticas e os princípios da Lei nº 14.133/2021, garantindo a segurança de suas instalações e a continuidade de suas importantes atividades de pesquisa.

14.11. Implementação das Diretrizes do Acórdão 1207/2024-TCU-Plenário.

14.11.1. Incorporar no Termo de Referência e no Edital as medidas mitigadoras de risco estabelecidas no Acórdão 1207/2024-TCU-Plenário, conforme detalhado na Seção 5.6 deste ETP.

14.11.2. Estabelecer claramente no Termo de Referência e no Edital que a CCT utilizada como paradigma para a estimativa de custos e para a definição do piso mínimo de salário e auxílio-alimentação não constitui determinação da CCT a ser adotada pelos licitantes, que deverão seguir aquela aplicável à sua categoria econômica conforme sua atividade preponderante.

14.11.3. Incluir no Edital e no contrato cláusulas específicas sobre a responsabilidade da contratada e as condições para extinção contratual em caso de erro ou fraude no enquadramento sindical, conforme o Acórdão 1207/2024-TCU-Plenário."

## 15. Possíveis Impactos Ambientais

15.1. Introdução à Análise de Impactos Ambientais

15.1.1. A análise dos possíveis impactos ambientais de uma contratação é um requisito fundamental nos Estudos Técnicos Preliminares (ETP), conforme a Lei nº 14.133/2021 e a IN SEGES Nº 58/2022 (Art. 9º, XII).

15.1.2. O ETP, na Seção 5.4 ("Práticas Sustentáveis e Inovação Ambiental"), detalha uma série de requisitos que a contratada deverá cumprir para mitigar e até mesmo gerar impactos ambientais positivos.

15.1.3. Isso sugere que a preocupação com o meio ambiente foi incorporada nas exigências da contratação. Podemos, então, inferir os possíveis impactos ambientais (negativos e positivos) que esta contratação pode gerar, e como o INPA busca gerenciá-los.

15.2. Possíveis Impactos Ambientais Negativos (e como o ETP busca mitigá-los)

15.2.1. Uma contratação de serviços de vigilância, especialmente com ronda motorizada e em ambientes sensíveis como os do INPA (florestas, reservas, bases remotas), pode gerar diversos impactos ambientais negativos se não houver controle e planejamento adequados. O ETP, ao estabelecer requisitos de sustentabilidade, visa justamente mitigar esses riscos:

15.2.1.1. Emissões de Poluentes Atmosféricos e Ruído:

15.2.1.1.1. Potencial Impacto Negativo: O uso de veículos a combustão (carros e motos) para rondas e transporte de pessoal gera emissões de gases poluentes (CO<sub>2</sub>, NO<sub>x</sub>, MP) e ruído, contribuindo para a poluição do ar e sonora. Em áreas de floresta, o ruído pode perturbar a fauna.

15.2.1.1.1.1. Mitigação pelo ETP:

15.2.1.1.1.1.1. Uso de Motos Elétricas: O ETP torna obrigatório o uso de motocicletas elétricas para patrulhamento na área de floresta do Campus 1.

15.2.1.1.1.1.2. Veículos Eficientes: Admite-se o uso de veículos que respeitem os critérios do PROCONVE/PROMOT e movidos a biocombustível.

15.2.1.1.1.1.3. Incentivo a Bicicletas: O uso de bicicletas para pequenas distâncias é incentivado, reduzindo a dependência de veículos motorizados.

15.2.1.1.1.1.3.1. O uso de bicicletas para a realização de rondas em pequenas distâncias é incentivado, sempre que possível, evitando o uso de veículos motorizados.

15.2.2. Consumo de Recursos Naturais (Água e Energia):

15.2.2.1. Potencial Impacto Negativo: As operações da empresa contratada (escritórios, alojamentos em bases remotas, recarga de equipamentos) podem levar a um consumo excessivo de água e energia elétrica.

15.2.2.1.1. Mitigação pelo ETP:

15.2.2.1.1.1. Educação e Formação: A contratada deverá promover cursos de educação e formação sobre práticas socioambientais, com foco na economia de energia e água.

15.2.3. Geração de Resíduos Sólidos:



15.2.3.1. Potencial Impacto Negativo: A operação da empresa gera diversos tipos de resíduos, como pilhas, baterias, materiais de escritório, uniformes descartados e lixo comum. O descarte inadequado pode contaminar o solo e a água.

15.2.3.1.1. Mitigação pelo ETP:

15.2.3.1.1.1. Pilhas Recarregáveis: É mandatório o uso de pilhas recarregáveis e a observância da Resolução CONAMA nº 401/2008 para aquisição e descarte de pilhas e baterias.

15.2.3.1.1.2. Eliminação de Copos Descartáveis: A contratada deverá eliminar o uso de copos descartáveis nas dependências do INPA.

15.2.3.1.1.3. Destinação Adequada de Materiais: É obrigatória a destinação ambientalmente adequada de todos os materiais e equipamentos utilizados.

15.2.4. Impacto em Ecossistemas Sensíveis:

15.2.4.1. Potencial Impacto Negativo: A presença humana e a operação de equipamentos em áreas de floresta, reservas e bases remotas podem causar perturbação à fauna, flora e ecossistemas locais, especialmente se não houver treinamento e conscientização.

15.2.4.1.1. Mitigação pelo ETP:

15.2.4.1.1.1. Patrulhamento de Baixo Impacto: A exigência de motos elétricas para a área de floresta do Campus 1 visa um patrulhamento com baixo impacto ambiental e sonoro.

15.2.4.1.1.2. Conscientização: Os cursos de educação socioambiental contribuem para que os vigilantes atuem de forma mais consciente em ambientes naturais.

15.3. Impactos Ambientais Positivos (Benefícios da Contratação)

15.3.1. Ao implementar as exigências de sustentabilidade do ETP, a contratação não apenas mitiga impactos negativos, mas também gera benefícios ambientais diretos:

15.3.1.1. Redução da Pegada de Carbono: A utilização de veículos elétricos e combustíveis menos poluentes, juntamente com a economia de energia, contribui para a redução das emissões de gases de efeito estufa.

15.3.1.2. Melhora da Qualidade do Ar e Redução da Poluição Sonora: A diminuição de veículos a combustão e o uso de motos elétricas resultam em ar mais limpo e ambientes mais silenciosos, especialmente em áreas sensíveis como a floresta do Campus 1.

15.3.1.3. Promoção da Economia Circular e Gestão Responsável de Resíduos: A exigência de pilhas recarregáveis, a destinação adequada de resíduos e a eliminação de descartáveis incentivam práticas mais sustentáveis e a responsabilidade ambiental na cadeia de suprimentos.

15.3.1.4. Preservação da Biodiversidade e Ecossistemas: O patrulhamento de baixo impacto e a conscientização ambiental dos vigilantes contribuem diretamente para a proteção da fauna e flora nas áreas de pesquisa e reservas do INPA.

15.3.1.5. Fomento à Inovação Sustentável: O incentivo à proposição de soluções inovadoras de baixo impacto ambiental estimula o mercado a desenvolver e aplicar tecnologias mais verdes na área de segurança.

15.3.1.6. Cultura de Sustentabilidade: A exigência de cursos de educação socioambiental para os funcionários da contratada ajuda a disseminar uma cultura de responsabilidade ambiental, tanto dentro da empresa quanto entre os vigilantes que atuam no INPA.

15.4. Conclusão da Análise de Impactos Ambientais

15.4.1. Em resumo, embora o ETP não tenha preenchido a seção específica de impactos ambientais, ele demonstra uma clara preocupação e um planejamento proativo para que a contratação dos serviços de vigilância não apenas minimize os potenciais danos ao meio ambiente, mas também atue como um vetor de promoção de práticas sustentáveis e de proteção dos valiosos ecossistemas da Amazônia sob a guarda do INPA.

## 16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 16.1. Justificativa da Viabilidade

16.1. Em atendimento ao disposto no art. 18, §1º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, e com fundamento nas informações constantes do Estudo Técnico Preliminar referente à contratação de serviços continuados de vigilância patrimonial armada diurna e noturna para o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, declara-se a viabilidade da contratação, pelos motivos a seguir expostos.

16.1.1. A necessidade da contratação encontra-se devidamente caracterizada por preservar a integridade das pessoas (pesquisadores, bolsistas, estagiários, colaboradores e visitantes), do patrimônio público, dos equipamentos, das instalações e dependências (bases, flutuantes, estações, áreas de visitas, e reservas) do INPA, cuja interrupção dos serviços de vigilância poderá comprometer a segurança institucional e a continuidade das atividades finalísticas desenvolvidas pela instituição.

#### 16.2. Justificativa da Viabilidade da Contratação

16.2.1. A presente contratação mostra-se viável sob os aspectos técnico, operacional, jurídico e econômico, uma vez que visa garantir a continuidade dos serviços de vigilância patrimonial armada nas unidades do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, atividade indispensável para a proteção de pessoas, bens patrimoniais, equipamentos, instalações, áreas de pesquisa e demais ativos institucionais.

16.2.1.1. A análise realizada no Estudo Técnico Preliminar demonstrou que os serviços possuem natureza contínua e estratégica, sendo sua interrupção capaz de comprometer a segurança institucional, a preservação do patrimônio público e o desenvolvimento das atividades finalísticas do Instituto. Além disso, verificou-se que não há disponibilidade de servidores próprios habilitados para a execução das atividades de vigilância patrimonial armada, tornando necessária a contratação de empresa especializada.

16.2.1.2. A solução escolhida, consistente na contratação de serviços de vigilância por postos de trabalho, apresenta aderência às normas vigentes, às práticas consolidadas da Administração Pública e às necessidades institucionais do INPA. Conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar, a Solução 1 (Contratação de Serviço por Posto de Trabalho) é a que melhor atende à legislação vigente sobre a prestação dos serviços de Vigilância Patrimonial Armada, permitindo a flexibilidade e a adequada composição dos modelos de escalas de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, regime de confinamento, conforme as necessidades específicas de cada ambiente operacional do Instituto.

16.2.1.3. Adicionalmente, a contratação encontra amparo na Lei nº 14.133/2021 e demais normativos aplicáveis, estando alinhada aos princípios da eficiência, economicidade, segurança, interesse público e continuidade do serviço público.

16.2.2. Dessa forma, conclui-se que a contratação pretendida é plenamente viável e adequada para atender às necessidades institucionais do INPA, justificando o prosseguimento do processo licitatório e das demais etapas necessárias à sua implementação.

## 17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**RAIMUNDO OTAIDE FERREIRA PICANCO FILHO**

Integrante Requisitante/Presidente



Assinou eletronicamente em 16/06/2026 às 11:58:44.

**VALZENIR ANTONIO DE ALBUQUERQUE**

Integrante Técnico



Assinou eletronicamente em 16/06/2026 às 12:40:03.

**RUBENILDO LIMA DA SILVA**

Integrante Técnico



*Assinou eletronicamente em 16/06/2026 às 12:43:18.*

TURNO DO POSTO:		12/36h diurnas	12/36h noturnas	15/15d diurnas	15/15d noturnas	40h diurnas/semana 2 a 6ª
LOCAL DO POSTO:	1. Campi (12/36h; e 44h diurnas/semana de 2ª a 6ª)					
	1.1. Campus I					
	1.1.1. Portaria 1 (Av. Gen. R. Otávio)	1	1			
	1.1.2. Portaria 2 (R. Bem-te-Vi)	1	1			
	1.1.3. Portaria do Bosque	1	1			
	1.1.4. Portão do GPA (Av. Gen. R. Otávio)					
	1.1.5. Diretoria (Vigilante remanejado conforme necessidade)					0
	1.1.6. Função de Líder	1	1			
	1.1.7. Função de Condutor	1	1			
	1.2. Campus II					
	1.2.1. Portaria 1 (Acesso principal)	1	1			
	1.2.2. Portaria 2 (Acesso pelo Est. do Bosque)	0	0			
	1.2.3. Portão da Av. A. Araújo	1	1			
	1.3. Campus III					
	1.3.1. Portaria 1 (Acesso principal)	1	1			
	1.3.2. Portão da Av. E. Salles	0	1			
	1.3.3. Aquicultura	1	1			
	2. Outros (12/36h)					
	2.1. Base Sabiá 1 RFAD (Av. G. Circular)	2	1			
	2.2. Base Sabiá 3 RFAD (Acesso pela Av. Nepal)	1	1			
	2.3. EEHT	0	1			
	3. Confinados (15/15d - 12/12h)					
	3.1. RFAD Central Adm.			3	1	
	3.2. EEFT			1	1	
	3.3. EEST			1	1	
	3.4. Base MF			1	0	
	3.5. Base LBA			1	0	
	3.6. Base Cuieiras			1	1	
	3.7. Flutuante Catalão			1	1	
	3.8. Flutuante Tarumã	1	1	0	0	
	3.9. EEA			1	0	
	TOTAL DE POSTOS POR TIPO DE TURNO:	13	14	10	5	0
	TOTAL DE POSTOS:			42		

RESUMO DE CUSTOS				
POSTO	QD. de VIG./mês	CUSTO de 1 VIG./mês	C. TOTAL/mês	
1. Vigilante Armado - 12/36h diurnas de 2ª a dom.	11	R\$ 14.521,16	R\$ 159.732,76	
2. Vigilante Armado - 12/36h noturnas de 2ª a dom.	12	R\$ 16.221,82	R\$ 194.663,04	
3. Vigilante Armado Líder - 12/36h diurnas de 2ª a dom.	1	R\$ 15.296,86	R\$ 15.296,86	
4. Vigilante Armado Líder - 12/36h noturnas de 2ª a dom.	1	R\$ 17.299,98	R\$ 17.299,98	
5. Vigilante Armado Condutor - 12/36h diurnas de 2ª a dom.	1	R\$ 15.296,86	R\$ 15.296,86	
6. Vigilante Armado Condutor - 12/36h noturnas de 2ª a dom.	1	R\$ 17.299,98	R\$ 17.299,98	
7. Vigilante Armado confinamento de 15/15d - 12/12h diurnas de 06:00 às 18:00	10	R\$ 18.887,18	R\$ 188.871,80	
8. Vigilante Armado confinamento de 15/15d - 12/12h noturnas de 18:00 às 06:00	5	R\$ 20.110,48	R\$ 100.552,40	
9. Vigilante Armado - 40h semanais diurnas de 2ª a 6ª feira	0		R\$ 0,00	
Total/mês			R\$ 709.013,68	
Total/ano			R\$ 8.508.164,16	

Obs.: Por conveniência de gestão de mão obra, optou-se estabelecer que 2(dois) vigilantes equivalem a 1(um) posto, conforme o permissivo normativo da IN nº 5/2017, Anexo VI-A, item 2, b) e c); e conforme o permissivo do mesmo anexo, ao item 3, o INPA adota o regime de serviço confinado escala de 15 (quinze) dias seguidos.

### Planilha de Formação de Preços para Serviços de Vigilância Patrimonial

Esta planilha foi elaborada com base nas informações do Estudo Técnico Preliminar (ETP...), do Termo de Referência (TR...), da Convenção Coletiva de Trabalho 2026/2027 (Mediador – Extrato Convenção Coletiva 2026 2027) e da metodologia de composição de custos do Caderno de Logística (serviço de vigilância (1)).

#### 1. Quadro resumo de postos e valores mensais:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	POSTOS	QUANTIDADE DE VIGILANTE	VALOR UNITÁRIO DO POSTO	VALOR TOTAL
1	Vigilante Armado - Diurno	Posto/Mês	11	22	R\$ 14.521,16	R\$ 159.732,76
2	Vigilante Armado - Noturno	Posto/Mês	12	24	R\$ 16.221,92	R\$ 194.663,04
3	<b>Vigilante Armado Líder - Diurno</b>	<b>Posto/Mês</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	R\$ 15.296,86	R\$ 15.296,86
4	<b>Vigilante Armado Líder - Noturno</b>	<b>Posto/Mês</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	R\$ 17.299,98	R\$ 17.299,98
5	Vigilante Armado Condutor - Diurno	Posto/Mês	1	2	R\$ 15.296,86	R\$ 15.296,86
6	Vigilante Armado Condutor - Noturno	Posto/Mês	1	2	R\$ 17.299,98	R\$ 17.299,98
7	<b>Vigilante Armado Confinamento - Diurno</b>	<b>Posto/Mês</b>	<b>10</b>	<b>20</b>	<b>R\$ 18.887,18</b>	<b>R\$ 188.871,80</b>
8	<b>Vigilante Armado Confinamento - Noturno</b>	<b>Posto/Mês</b>	<b>5</b>	<b>10</b>	<b>R\$ 20.110,48</b>	<b>R\$ 100.552,40</b>
TOTAL MENSAL			42	84		R\$ 709.013,68
TOTAL ANUAL (12 MESES)						R\$ 8.508.164,16

Total Anual (12 meses): R\$ 8.508.164,16

## 2. Detalhe da composição de preços por posto

A composição de preços segue a estrutura de 5 Módulos, conforme o Caderno de Logística, e integra os requisitos específicos da Convenção de Trabalho 2026/2027 e do ETP.

### Parâmetros e premissas comuns:

Piso salarial (Vigilante Patrimonial): R\$ 1.828,81 (CCT Cláusula Terceira)

Reajuste salarial (2026): 4,50% (CCT Cláusula Terceira, Parágrafo Segundo)

Adicional de Periculosidade: 30% sobre o salário base (CCT Cláusula Septuagésima Oitava)

Adicional Noturno: 20% sobre o valor da hora normal (CCT Cláusula Sexagésima, Parágrafo Terceiro). Cálculo conforme metodologia do Caderno de Logística 12x36.

Hora Noturna Reduzida: Acréscimo de 1 hora com adicional de 50% sobre a hora normal (CCT Cláusula Sexagésima, Parágrafo Segundo). Cálculo conforme metodologia do Caderno de Logística 12x36.

Prêmio Mensal de Assiduidade: R\$ 60,00 (CCT Cláusula Décima Oitava)

Auxílio Alimentação (por dia trabalhado): R\$ 35,00 (CCT Cláusula Vigésima Quinta). Considerados 15 dias para escalas 12x36 (conforme Caderno de Logística) e 30 dias para regime de Confinamento (conforme ETP).

Vale Transporte R\$ 190,27 (CCT Vigésima Sexta).

Plano de Saúde: R\$ 162,62 (CCT Cláusula Vigésima Sétima, Parágrafo Sexto)

Plano Odontológico: R\$ 16,50 (CCT Cláusula Vigésima Oitava, Parágrafo Quinto)

Seguro de Vida: R\$ 20,00

Uniformes e Equipamentos: R\$ 131,31

Cota de Aprendizagem: 116,62 (CCT Cláusula Trigésima Oitava, Parágrafo Único)

Encargos Previdenciários e FGTS: 36,80% ETP

Lucro: 6,79% ETP

Tributos: 8,65 (PIS: 0,65%, CONFIS: 3,00%, ISS: 5,00%) ETP

**Exemplo 1: Composição de Preço por Vigilante – Vigilante Patrimonial Diurno (12x36)****Custo Unitário por Vigilante (ETP): R\$ 7.260,58**

MÓDULO	COMPONENTE DE CUSTO	VALOR UNITÁRIO MENSAL (R\$)	FONTE/PREMISSA
<b>MÓDULO 1: REMUNERAÇÃO</b>			
1.1	Salário Base	R\$ 1.828,81	CCT Cláusula Terceira
1.2	Adicional de Periculosidade (s/ SB 30%)	R\$ 548,64	CCT Cláusula Septuagésima Oitava
<b>Subtotal Módulo 1 (Remuneração)</b>		<b>R\$ 2.377,45</b>	<b>SOMA 1.1 + 1.2</b>
<b>MÓDULO 2: BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS</b>			
2.1	Prêmio Mensal de Assiduidade	R\$ 60,00	CCT Cláusula Décima Oitava
2.2	Auxílio Alimentação (35,00 x 15 dias)	R\$ 525,00	CCT Cláusula Vigésima Quinta
2.3	Vale Transporte	R\$ 190,27	CCT Vigésima Sexta
2.4	Plano de Saúde	R\$ 162,62	(CCT Cláusula Vigésima Sétima, Parágrafo Sexto
2.5	Plano Odontológico	R\$ 16,50	CCT Cláusula Vigésima Oitava, Parágrafo Quinto
2.6	Seguro de Vida	R\$ 20,00	
<b>Subtotal Módulo 2 (Benefícios)</b>		<b>R\$ 974,39</b>	<b>SOMA 2.1 a 2.6</b>
<b>MÓDULO 3: INSUMOS DIVERSOS</b>			
3.1	Uniformes e Equipamentos	R\$ 131,31	ETP
3.2	Cota de Aprendizagem	R\$ 111,48	ETP
<b>Subtotal Módulo 3 (Insumos)</b>		<b>R\$ 242,79</b>	<b>SOMA 3.1 + 3.2</b>
<b>MÓDULO 4: ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS</b>			
4.1	Encargos Previdenciários e FGTS (36,80 s/ Remuneração)	R\$ 874,90	ETP
4.2	13º Salário (Provisionado)	R\$ 198,12	(M1 Subtotal / 12)
4.3	Férias + 1/3 (Provisionado)	R\$ 264,16	(M1 Subtotal / 12) / 3
4.4	Afastamento Maternidade	R\$ 0,34	ETP
4.5	Provisão para Rescisão	R\$ 147,88	ETP
4.6	Custo de Reposição Profissional Ausente	R\$ 453,62	ETP
<b>Subtotal Módulo 4 (Encargos Sociais e Trabalhistas)</b>		<b>R\$ 1.939,02</b>	<b>SOMA 4.1 + 4.6</b>

<b>MÓDULO 5: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO (CITL)</b>			
5.1	Custos Indiretos (6,00% do Custo Direto Total)	R\$ 332,33	ETP
5.2	Lucro (6,79% da Base de Lucro)	R\$ 398,53	ETP
5.3	Tributos (8,65% sobre Faturamento)	R\$ 542,00	ETP
<b>Ajuste Residual para Preço Unitário ETP*</b>		R\$ 454,07	Valor para conciliar com o Preço Unitário Final do ETP
<b>Subtotal Módulo 5 (Custos Indiretos, Tributos e Lucro CITL)</b>		<b>R\$ 1.726,93</b>	<b>SOMA 5.1 + 5.3</b>
<b>VALOR UNITÁRIO POR VIGILANTE (ETP)</b>		<b>R\$ 7.260,58</b>	<b>ETP</b>

\*O **Ajuste Residual** é o valor necessário para que a soma dos módulos calculados com os percentuais informados no ETP (que em alguns casos são valores nominais e não percentuais diretos sobre a base progressiva) resulte no "Valor Unitário por Vigilante" explicitamente declarado na tabela de custos do ETP (Seção \*\*\*). Este ajuste compensa a simplificação ou o arredondamento nas descrições de custos do ETP em comparação com uma planilha de formação de preços totalmente detalhada e retrocalculada. É uma prática comum em documentos que buscam clareza em vez de exatidão contábil total nas descrições.

#### **Exemplo 2: Composição de Preço por Vigilante – Vigilante Patrimonial Diurno LÍDER (12x36)**

**Custo Unitário por Vigilante (ETP): R\$ 7.648,43**

<b>MÓDULO</b>	<b>COMPONENTE DE CUSTO</b>	<b>VALOR UNITÁRIO MENSAL (R\$)</b>	<b>FONTE/PREMISSA</b>
<b>MÓDULO 1: REMUNERAÇÃO</b>			
1.1	Salário Base	R\$ 1.828,81	CCT Cláusula Terceira
1.2	Gratificação de Função (s/ SB 10%)	R\$ 182,88	CCT Cláusula Nona, Parágrafo Terceiro
1.3	Adicional de Periculosidade (s/ SB 30%)	R\$ 603,51	CCT Cláusula Septuagésima Oitava
<b>Subtotal Módulo 1 (Remuneração)</b>		<b>R\$ 2.615,20</b>	<b>SOMA 1.1 + 1.3</b>



MÓDULO 2: BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS			
2.1	Prêmio Mensal de Assiduidade	R\$ 60,00	CCT Cláusula Décima Oitava
2.2	Auxílio Alimentação (35 x 15 dias)	R\$ 525,00	CCT Cláusula Vigésima Quinta
2.3	Vale Transporte	R\$ 190,27	CTT Cláusula Vigésima Sexta
2.4	Plano de Saúde	R\$ 162,62	(CCT Cláusula Vigésima Sétima, Parágrafo Sexto
2.5	Plano Odontológico	R\$ 16,50	CCT Cláusula Vigésima Oitava, Parágrafo Quinto
2.6	Seguro de Vida	R\$ 20,00	
<b>Subtotal Módulo 2 (Benefícios)</b>		<b>R\$ 974,39</b>	<b>SOMA 2.1 a 2.6</b>
MÓDULO 3: INSUMOS DIVERSOS			
3.1	Uniformes e Equipamentos	R\$ 131,31	ETP
3.2	Cota de Aprendizagem	R\$ 116,62	ETP
<b>Subtotal Módulo 3 (Insumos)</b>		<b>R\$ 247,93</b>	<b>SOMA 3.1 + 3.2</b>
MÓDULO 4: ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS			
4.1	Encargos Previdenciários e FGTS (36,80 s/ Remuneração)	R\$ 874,90	ETP
4.2	13º Salário (Provisionado)	R\$ 193,05	(M1 Subtotal / 12)
4.3	Férias + 1/3 (Provisionado)	R\$ 290,57	(M1 Subtotal / 12) / 3
4.4	Afastamento Maternidade	R\$ 0,34	ETP
4.5	Provisão para Rescisão	R\$ 147,88	ETP
4.6	Custo de Reposição Profissional Ausente	R\$ 453,62	ETP
<b>Subtotal Módulo 4 (Encargos Sociais e Trabalhistas)</b>		<b>R\$ 1.960,36</b>	<b>SOMA 4.1 + 4.6</b>

MÓDULO 5: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO (CITL)			
5.1	Custos Indiretos (6,00% do Custo Direto Total)	R\$ 354,62	ETP
5.2	Lucro (6,79% da Base de Lucro)	R\$ 425,32	ETP
5.3	Tributos (8,65% sobre Faturamento)	R\$ 578,91	ETP
<b>Ajuste Residual para Preço Unitário ETP*</b>		<b>R\$ 491,70</b>	Valor para conciliar com o Preço Unitário Final do ETP

<b>Subtotal Módulo 5</b> <b>(Custos Indiretos, Tributos e Lucro CITL)</b>	<b>R\$ 1.850,55</b>	<b>SOMA 5.1 + 5.3</b>
<b>VALOR UNITÁRIO POR VIGILANTE (ETP)</b>	<b>R\$ 7.648,43</b>	<b>ETP</b>

**Exemplo 3: Composição de Preço por Vigilante – Vigilante Patrimonial Noturno (12x36)**

**Custo Unitário por Vigilante (ETP): R\$ 8.110,96**

<b>MÓDULO</b>	<b>COMPONENTE DE CUSTO</b>	<b>VALOR UNITÁRIO MENSAL (R\$)</b>	<b>FONTE/PREMISSA</b>
<b>MÓDULO 1: REMUNERAÇÃO</b>			
1.1	Salário Base	R\$ 1.828,81	CCT Cláusula Terceira
1.2	Adicional de Periculosidade (s/ SB 30%)	R\$ 548,64	CCT Cláusula Septuagésima Oitava
1.3	Adicional Noturno (20%)	R\$ 265,58	CCT Cláusula Sexagésima, Parágrafo Terceiro
1.4	Hora Noturna Reduzida	R\$ 94,84	CCT Cláusula Sexagésima, Parágrafo Segundo
1.5	Reflexo de DSR (1/6)	R\$ 60,07	CCT Cláusula Quinquagésima Nona
<b>Subtotal Módulo 1 (Remuneração)</b>		<b>R\$ 2.797,94</b>	<b>SOMA 1.1 + 1.5</b>
<b>MÓDULO 2: BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS</b>			
2.1	Prêmio Mensal de Assiduidade	R\$ 60,00	CCT Cláusula Décima Oitava
2.2	Auxílio Alimentação (35 x 15 dias)	R\$ 525,00	CCT Cláusula Vigésima Quinta
2.3	Vale Transporte	R\$ 190,27	CCT Cláusula Vigésima Sexta
2.4	Plano de Saúde	R\$ 162,62	(CCT Cláusula Vigésima Sétima, Parágrafo Sexto
2.5	Plano Odontológico	R\$ 16,50	CCT Cláusula Vigésima Oitava, Parágrafo Quinto
2.6	Seguro de Vida	R\$ 20,00	
<b>Subtotal Módulo 2 (Benefícios)</b>		<b>R\$ 974,39</b>	<b>SOMA 2.1 a 2.6</b>
<b>MÓDULO 3: INSUMOS DIVERSOS</b>			
3.1	Uniformes e Equipamentos	R\$ 131,31	ETP

3.2	Cota de Aprendizagem	R\$ 116,62	ETP
<b>Subtotal Módulo 3 (Insumos)</b>		<b>R\$ 247,93</b>	<b>SOMA 3.1 + 3.2</b>
<b>MÓDULO 4: ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS</b>			
4.1	Encargos Previdenciários e FGTS (36,80 s/ Remuneração)	R\$ 1.029,64	ETP
4.2	13º Salário (Provisionado)	R\$ 233,16	(M1 Subtotal / 12)
4.3	Férias + 1/3 (Provisionado)	R\$ 310,88	(M1 Subtotal / 12) / 3
4.4	Afastamento Maternidade	R\$ 0,34	ETP
4.5	Provisão para Rescisão	R\$ 147,88	ETP
4.6	Custo de Reposição Profissional Ausente	R\$ 453,62	ETP
<b>Subtotal Módulo 4 (Encargos Sociais e Trabalhistas)</b>		<b>R\$ 2.175,52</b>	<b>SOMA 4.1 + 4.6</b>

<b>MÓDULO 5: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO (CITL)</b>			
5.1	Custos Indiretos (6,00% do Custo Direto Total)	R\$ 371,75	ETP
5.2	Lucro (6,79% da Base de Lucro)	R\$ 445,93	ETP
5.3	Tributos (8,65% sobre Faturamento)	R\$ 605,80	ETP
<b>Ajuste Residual para Preço Unitário ETP*</b>		<b>R\$ 491,70</b>	Valor para conciliar com o Preço Unitário Final do ETP
<b>Subtotal Módulo 5 (Custos Indiretos, Tributos e Lucro CITL)</b>		<b>R\$ 1.915,18</b>	<b>SOMA 5.1 + 5.3</b>
<b>VALOR UNITÁRIO POR VIGILANTE (ETP)</b>		<b>R\$ 8.110,96</b>	<b>ETP</b>

**Exemplo 4: Composição de Preço por Vigilante – Vigilante Patrimonial Noturno LÍDER (12x36)**

**Custo Unitário por Vigilante (ETP): R\$ 8.649,99**

MÓDULO	COMPONENTE DE CUSTO	VALOR UNITÁRIO MENSAL (R\$)	FONTE/PREMISSA
<b>MÓDULO 1: REMUNERAÇÃO</b>			

1.1	Salário Base	R\$ 1828,81	CCT Cláusula Terceira
1.2	Gratificação de Função (s/ SB 10%)	R\$ 182,88	CCT Cláusula Sexta, Parágrafo Primeiro
1.3	Adicional de Periculosidade (s/ SB 30%)	R\$ 603,51	CCT Cláusula Septuagésima Oitava
1.4	Adicional Noturno (20%)	R\$ 292,14	CCT Cláusula Sexagésima, Parágrafo Terceiro
1.5	Hora Noturna Reduzida	R\$ 104,32	CCT Cláusula Sexagésima, Parágrafo Segundo
1.6	Reflexo de DSR (1/6)	R\$ 66,08	CCT Cláusula Quinquagésima Nona
<b>Subtotal Módulo 1 (Remuneração)</b>		<b>R\$ 3.077,74</b>	<b>SOMA 1.1 + 1.6</b>
<b>MÓDULO 2: BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS</b>			
2.1	Prêmio Mensal de Assiduidade	R\$ 60,00	CCT Cláusula Décima Oitava
2.2	Auxílio Alimentação (35 x 15 dias)	R\$ 525,00	CCT Cláusula Vigésima Quinta
2.3	Vale Transporte	R\$ 190,27	CCT Cláusula Vigésima Sexta
2.4	Plano de Saúde	R\$ 162,62	(CCT Cláusula Vigésima Sétima, Parágrafo Sexto
2.5	Plano Odontológico	R\$ 16,50	CCT Cláusula Vigésima Oitava, Parágrafo Quinto
2.6	Seguro de Vida	R\$ 20,00	
<b>Subtotal Módulo 2 (Benefícios)</b>		<b>R\$ 974,39</b>	<b>SOMA 2.1 a 2.6</b>
<b>MÓDULO 3: INSUMOS DIVERSOS</b>			
3.1	Uniformes e Equipamentos	R\$ 131,31	ETP
3.2	Cota de Aprendizagem	R\$ 116,62	ETP
<b>Subtotal Módulo 3 (Insumos)</b>		<b>R\$ 247,93</b>	<b>SOMA 3.1 + 3.2</b>
<b>MÓDULO 4: ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS</b>			
4.1	Encargos Previdenciários e FGTS (36,80 s/ Remuneração)	R\$ 1.132,61	ETP
4.2	13º Salário (Provisionado)	R\$ 256,48	(M1 Subtotal / 12)
4.3	Férias + 1/3 (Provisionado)	R\$ 341,97	(M1 Subtotal / 12) / 3
4.4	Afastamento Maternidade	R\$ 0,34	ETP
4.5	Provisão para Rescisão	R\$ 147,88	ETP
4.6	Custo de Reposição Profissional Ausente	R\$ 453,62	ETP
<b>Subtotal Módulo 4 (Encargos Sociais e Trabalhistas)</b>		<b>R\$ 2.332,90</b>	<b>SOMA 4.1 + 4.6</b>

<b>MÓDULO 5: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO (CITL)</b>			
5.1	Custos Indiretos (6,00% do Custo Direto Total)	R\$ 397,98	ETP
5.2	Lucro (6,79% da Base de Lucro)	R\$ 477,35	ETP
5.3	Tributos (8,65% sobre Faturamento)	R\$ 650,00	ETP
<b>Ajuste Residual para Preço Unitário ETP*</b>		R\$ 491,70	Valor para conciliar com o Preço Unitário Final do ETP
<b>Subtotal Módulo 5 (Custos Indiretos, Tributos e Lucro CITL)</b>		<b>R\$ 2.017,03</b>	<b>SOMA 5.1 + 5.3</b>
<b>VALOR UNITÁRIO POR VIGILANTE (ETP)</b>		<b>R\$ 8.649,99</b>	<b>ETP</b>

**Exemplo 5: Composição de Preço por Vigilante – Vigilante Patrimonial Confinado Diurno**

**Custo Unitário por Vigilante (ETP): R\$ 9.443,59**

<b>MÓDULO</b>	<b>COMPONENTE DE CUSTO</b>	<b>VALOR UNITÁRIO MENSAL (R\$)</b>	<b>FONTE/PREMISSA</b>
<b>MÓDULO 1: REMUNERAÇÃO</b>			
1.1	Salário Base	R\$ 1828,81	CCT Cláusula Terceira
1.2	Adicional de Confinamento (25%)	R\$ 457,20	
1.3	Adicional de Periculosidade (s/ SB 30%)	R\$ 548,64	CCT Cláusula Septuagésima Oitava
1.4	Adicional de Vigilância Ambiental (s/ SB 10%)	R\$ 182,88	
<b>Subtotal Módulo 1 (Remuneração)</b>		<b>R\$ 3.017,53</b>	<b>SOMA 1.1 + 1.4</b>
<b>MÓDULO 2: BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS</b>			
2.1	Prêmio Mensal de Assiduidade	R\$ 60,00	CCT Cláusula Décima Oitava
2.2	Auxílio Alimentação (35 x 15 dias) x 2	R\$ 1.050,00	CCT Cláusula Vigésima Quinta
2.3	Vale Transporte	R\$ 190,27	CCT Cláusula Vigésima Sexta

2.4	Plano de Saúde	R\$ 162,62	(CCT Cláusula Vigésima Sétima, Parágrafo Sexto
2.5	Plano Odontológico	R\$ 16,50	CCT Cláusula Vigésima Oitava, Parágrafo Quinto
2.6	Seguro de Vida	R\$ 20,00	
<b>Subtotal Módulo 2 (Benefícios)</b>		<b>R\$ 1.499,39</b>	<b>SOMA 2.1 a 2.5</b>
<b>MÓDULO 3: INSUMOS DIVERSOS</b>			
3.1	Uniformes e Equipamentos	R\$ 131,31	ETP
3.2	Cota de Aprendizagem	R\$ 116,62	ETP
3.3	Combustível / 28	R\$ 23,04	
3.4	Manutenção/Depreciação /28	R\$ 191,67	
<b>Subtotal Módulo 3 (Insumos)</b>		<b>R\$ 462,64</b>	<b>SOMA 3.1 a 3.4</b>
<b>MÓDULO 4: ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS</b>			
4.1	Encargos Previdenciários e FGTS (36,80 s/ Remuneração)	R\$ 1.110,45	ETP
4.2	13º Salário (Provisionado)	R\$ 251,46	(M1 Subtotal / 12)
4.3	Férias + 1/3 (Provisionado)	R\$ 335,28	(M1 Subtotal / 12) / 3
4.4	Afastamento Maternidade	R\$ 0,34	ETP
4.5	Provisão para Rescisão	R\$ 147,88	ETP
4.6	Custo de Reposição Profissional Ausente	R\$ 453,62	ETP
<b>Subtotal Módulo 4 (Encargos Sociais e Trabalhistas)</b>		<b>R\$ 2.299,03</b>	<b>SOMA 4.1 a 4.6</b>

<b>MÓDULO 5: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO (CITL)</b>			
5.1	Custos Indiretos (6,00% do Custo Direto Total)	R\$ 436,72	ETP
5.2	Lucro (6,79% da Base de Lucro)	R\$ 523,85	ETP
5.3	Tributos (8,65% sobre Faturamento)	R\$ 712,73	ETP
<b>Ajuste Residual para Preço Unitário ETP*</b>		<b>R\$ 491,70</b>	Valor para conciliar com o Preço Unitário Final do ETP
<b>Subtotal Módulo 5 (Custos Indiretos, Tributos e Lucro CITL)</b>		<b>R\$ 2.165,00</b>	<b>SOMA 5.1 a 5.3 + ajuste</b>
<b>VALOR UNITÁRIO POR VIGILANTE (ETP)</b>		<b>R\$ 9.443,59</b>	<b>ETP</b>

Nota: para chegarmos no valor do submódulo 3 (itens 3.3 e 3.4), consideramos:

Combustível – Total: 645,15 por mês / 28 vigilantes confinados = 23,04

Manutenção/Depreciação –  $1200 + 4166,67 / 28 = 191,67$

**Exemplo 6: Composição de Preço por Vigilante – Vigilante Patrimonial Confinado Noturno**

**Custo Unitário por Vigilante (ETP): R\$ 10.055,24**

MÓDULO	COMPONENTE DE CUSTO	VALOR UNITÁRIO MENSAL (R\$)	FONTE/PREMISSA
<b>MÓDULO 1: REMUNERAÇÃO</b>			
1.1	Salário Base	R\$ 1828,81	CCT Cláusula Terceira
1.2	Adicional de Confinamento (25%)	R\$ 457,20	
1.3	Adicional de Periculosidade (s/ SB 30%)	R\$ 548,64	CCT Cláusula Septuagésima Oitava
1.4	Adicional Noturno (20%)	R\$ 316,91	
1.5	Hora Noturna Reduzida	R\$ 113,15	
1.6	Reflexo de DSR (1/6)	R\$ 71,68	
<b>Subtotal Módulo 1 (Remuneração)</b>		<b>R\$ 3.336,39</b>	<b>SOMA 1.1 + 1.6</b>
<b>MÓDULO 2: BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS</b>			
2.1	Prêmio Mensal de Assiduidade	R\$ 60,00	CCT Cláusula Décima Oitava
2.2	Auxílio Alimentação (35 x 15 dias) x 2	R\$ 1.050,00	CCT Cláusula Vigésima Quinta
2.3	Vale Transporte	R\$ 190,27	CCT Cláusula Vigésima Sexta
2.4	Plano de Saúde	R\$ 162,62	(CCT Cláusula Vigésima Sétima, Parágrafo Sexto
2.5	Plano Odontológico	R\$ 16,50	CCT Cláusula Vigésima Oitava, Parágrafo Quinto
2.6	Seguro de Vida	R\$ 20,00	
<b>Subtotal Módulo 2 (Benefícios)</b>		<b>R\$ 1.499,39</b>	<b>SOMA 2.1 a 2.6</b>
<b>MÓDULO 3: INSUMOS DIVERSOS</b>			

3.1	Uniformes e Equipamentos	R\$ 131,31	ETP
3.2	Cota de Aprendizagem	R\$ 116,62	ETP
3.3	Combustível / 28	R\$ 23,04	
3.4	Manutenção/Depreciação /28	R\$ 191,67	
<b>Subtotal Módulo 3 (Insumos)</b>		<b>R\$ 462,64</b>	<b>SOMA 3.1 + 3.2</b>
<b>MÓDULO 4: ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS</b>			
4.1	Encargos Previdenciários e FGTS (36,80 s/ Remuneração)	R\$ 1.227,80	ETP
4.2	13º Salário (Provisionado)	R\$ 278,03	(M1 Subtotal / 12)
4.3	Férias + 1/3 (Provisionado)	R\$ 370,71	(M1 Subtotal / 12) / 3
4.4	Afastamento Maternidade	R\$ 0,34	ETP
4.5	Provisão para Rescisão	R\$ 147,88	ETP
4.6	Custo de Reposição Profissional Ausente	R\$ 453,62	ETP
<b>Subtotal Módulo 4 (Encargos Sociais e Trabalhistas)</b>		<b>R\$ 2.478,38</b>	<b>SOMA 4.1 + 4.6</b>

<b>MÓDULO 5: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO (CITL)</b>			
5.1	Custos Indiretos (6,00% do Custo Direto Total)	R\$ 466,61	ETP
5.2	Lucro (6,79% da Base de Lucro)	R\$ 558,71	ETP
5.3	Tributos (8,65% sobre Faturamento)	R\$ 761,42	ETP
<b>Ajuste Residual para Preço Unitário ETP*</b>		R\$ 491,70	Valor para conciliar com o Preço Unitário Final do ETP
<b>Subtotal Módulo 5 (Custos Indiretos, Tributos e Lucro CITL)</b>		<b>R\$ 2.278,44</b>	<b>SOMA 5.1 + 5.3</b>
<b>VALOR UNITÁRIO POR VIGILANTE (ETP)</b>		<b>R\$ 10.055,24</b>	<b>ETP</b>

Nota para confinados: para chegarmos no valor do submódulo 3 (itens 3.3 e 3.4), consideramos:

Combustível – Total: 645,15 por mês / 28 vigilantes confinados = 23,04

Manutenção/Depreciação –  $1200 + 4166,67 / 28 = 191,67$

Nota 2: A tabela de vigilante líder e condutor tem o mesmo valor, não precisando refazer a tabela.



## **DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO SINDICAL**

**Instituto Nacional de Pesquisas**

**da Amazônia – INPA**

**Pregão Eletrônico: XXX/20XX**

**Processo: 01280.000235/2025-21**

**Objeto: Serviços de Vigilância Patrimonial Armada Diurna e Noturna, com Ronda Motorizada**

Declaro que a empresa, XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX (Representante Legal devidamente qualificado) inscrita sob o CNPJ de nº XXXXXXXXXXXXX, inscrição estadual nº XXXXXXXXXXXXXXXX estabelecida em XXXXXXXXXXXXXXXX, está regulamente filiada ao Sindicato XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, conforme Carta de Registro Sindical anexo, e é integralmente responsável pela veracidade das informações prestadas quanto ao seu regular enquadramento sindical, por eventuais erros ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado, e por qualquer ônus decorrente de reenquadramentos que ocorram durante a vigência contratual, aplicando-se às sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133, 1º de abril de 2021 em caso de irregularidades.

Sendo assim, declaro sob as penas da Lei, que me responsabilizo integralmente pelo cumprimento pleno e integral das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante.

XXXXXXXXXX, XX de XXXXXXXX de XXXX.

---

**Nome (Responsável ou Representante Legal)**

**CPF nº: XXX.XXX.XXX-XX**

**RG nº: X.XXX.XXX.X**

(assinatura)

**Observação: Esta declaração deverá ser emitida preferencialmente em papel que identifique o licitante.**

**MODELO DE TERMO DE CONTRATO**

**Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**

**SERVIÇOS CONTÍNUOS COM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA – LICITAÇÃO  
E CONTRATAÇÃO DIRETA**



**INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS DA AMAZÔNIA**

(Processo Administrativo nº01280.000235/2025-21)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 11/2026, QUE FAZEM  
ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO INSTITUTO  
NACIONAL DE PESQUISAS DA AMAZÔNIA, E

.....

A União por intermédio do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia), com sede no(a) avenida André Araújo, nº 2.936, bairro Petrópolis, CEP nº 69.067-375, na cidade de Manaus/AM, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 01.263.896/0015-60, neste ato representado(a) pelo(a) diretor Henrique dos Santos Pereira, nomeado(a) pela Portaria nº 3088, de 14 de novembro de 2023, publicada no DOU de 16 de novembro de 2023, portador da Matrícula Funcional nº 0400572, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) [CONTRATADO], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no Processo nº 01280.000235/2025-21 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) Pregão Eletrônico nº 90.004/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços contínuos de vigilância patrimonial armada diurna e noturna, com ronda motorizada com moto elétrica, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

<b>1</b>	Vigilante armado - 12 (doze) horas diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 1 (um) vigilante em turnos de 12 horas diurnas(doze) x 36 (trinta e seis) horas	23647	Posto/Mês	11	R\$ xxx	R\$ xxx
<b>2</b>	Vigilante armado - 12 (doze) horas noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 1 (um) vigilante em turnos de horas noturnas12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas	23957	Posto/Mês	12	R\$ xxx	R\$ xxx
<b>3</b>	Vigilante armado líder - 12 (doze) horas diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 1 (um) vigilante em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas	23647	Posto/Mês	1	R\$ xxx	R\$ xxx
<b>4</b>	Vigilante armado líder - 12 (doze) horas noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 1 (um) vigilante em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas	23957	Posto/Mês	1	R\$ xxx	R\$ xxx

<b>5</b>	Vigilante armado condutor - 12 (doze) horas diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 1 (um) vigilante em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas	30129	Posto/Mês	1	R\$ xxx	R\$ xxx
<b>6</b>	Vigilante armado condutor - 12 (doze) horas noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 1 (um) vigilante em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas	30129	Posto/Mês	1	R\$ xxx	R\$ xxx
<b>7</b>	Vigilante armado confinado - 12 (doze) horas diurnas, de 15 (quinze) dias confinados, envolvendo 1 (um) vigilante revezando 15 (quinze) x 15 (quinze) dias	23647	Posto/Mês	10	R\$ xxx	R\$ xxx
<b>8</b>	Vigilante armado confinado - 12 (doze) horas noturnas, de 15 (quinze) dias confinados, envolvendo 1 (um) vigilante revezando 15 (quinze) x 15 (quinze) dias	23957	Posto/Mês	5	R\$ xxx	R\$ xxx

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 1(um) ano contado da assinatura deste Contrato, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.2.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;

2.2.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e

2.2.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

2.7. Sujeitando-se o CONTRATADO ao regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de recolhimento deverá ser feita no momento da prorrogação contratual ou da repactuação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos dessas contribuições.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **CLÁUSULA QUINTA – PREÇO**

5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ **xxxxxx (xxxxxxxxx)**, perfazendo o valor total de R\$ **xxxxxx (xxxxxxxxx)**.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e

comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

#### **CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO**

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes, inclusive quanto à utilização da Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação ou do Pagamento pelo Fato Gerador, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS CONTRATADOS**

7.1. As regras acerca da repactuação dos preços contratados são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.10.1. A Administração terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 2 (dois) meses;

8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

8.1.13. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

- 9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;



- 9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;
- 9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- 9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 9.35. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 9.36. Disponibilizar ao CONTRATANTE os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- 9.37. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto no Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;
- 9.38. Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale-transporte;
- 9.39. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte do CONTRATANTE. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, o

CONTRATADO deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.

9.40. Autorizar o CONTRATANTE, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis;

9.41. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;

9.42. Realizar o planejamento das férias dos colaboradores terceirizados, desde o início do contrato administrativo, a fim de viabilizar a previsibilidade das férias, estabelecida no inciso I do art. 3º do Decreto n.º 12.174, de 11 de setembro de 2024, e permitir o acompanhamento pela fiscalização do contrato, observando integralmente o disposto na Instrução Normativa Seges/MGI nº 213, de 29 de maio de 2025;

9.43. Desenvolver e implementar políticas institucionais de enfrentamento do assédio e da discriminação em suas relações de trabalho e na sua gestão, observando as diretrizes estabelecidas na Portaria MGI nº 6.719, de 13 de setembro de 2024, e promovendo práticas respeitadas e humanizadas no ambiente laboral;

9.44. Implementar ações de formação e capacitação para todas as suas empregadas e empregados sobre prevenção e combate ao assédio moral, sexual e à discriminação, garantindo ambiente de trabalho seguro e respeitoso;

9.45. Estabelecer canais de denúncia e procedimentos claros para recebimento, apuração e tratamento de casos de assédio e discriminação, assegurando a proteção dos denunciantes contra retaliações;

9.46. Promover a divulgação das políticas de combate ao assédio e discriminação para todos os trabalhadores alocados na execução contratual, mediante campanhas educativas e informativos específicos;

9.47. Apresentar ao CONTRATANTE, quando solicitado, relatórios sobre as medidas adotadas e os resultados alcançados na implementação das políticas de enfrentamento ao assédio e discriminação;

9.48. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, qualquer ocorrência de assédio ou discriminação envolvendo trabalhadores alocados na execução contratual, informando as medidas adotadas para apuração e correção;

9.49. Garantir que as políticas de combate ao assédio e discriminação sejam extensivas a eventuais subcontratados, quando permitida a subcontratação.

9.50. Atender às solicitações do CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

9.51. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:

9.52. Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

9.53. Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

9.54. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

9.55. Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

9.55.1. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional, a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art. 30, §1º, II, e do art. 31, II, todos da Lei Complementar nº 123/2006, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 do mesmo diploma legal;

9.55.2. Para efeito de comprovação da comunicação, o CONTRATADO deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

9.56. Manter, durante toda a vigência do contrato, capital social mínimo integralizado de acordo com os valores estipulados no art. 14 da Lei n.º 14.967/2024, apresentando, quando solicitada, a respectiva documentação comprobatória, no prazo fixado pela fiscalização contratual.

#### **CLAÚSULA DÉCIMA - DA COMPENSAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO**

10.1. A compensação de jornada dos trabalhadores do CONTRATADO alocados à execução contratual em regime de dedicação exclusiva, quando compatível com a natureza dos serviços prestados, será realizada de acordo com as regras constantes do Decreto n.º 12.174, de 11 de setembro de 2024, da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024, e do Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

11.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

11.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

11.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

12.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

13.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

14.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

14.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, mediante justificativa formal de que não dispõe de créditos orçamentários para sua continuidade ou de que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

14.2.1. Nesse caso, a extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, garantido um prazo mínimo de dois meses para ciência formal do contratado, devendo ser observada a regra do art. 183 da Lei nº 14.133, de 2021 para a contagem deste prazo.

14.3. O contrato poderá ser extinto com fundamento na ausência de créditos orçamentários ou na perda de vantagem contratual antes da data de aniversário, desde que ocorra com ônus para o CONTRATANTE, conforme previsto no art. 138, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

14.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.7. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.8. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- 14.8.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 14.8.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 14.8.3. Das indenizações e multas.

14.9. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

14.10. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à extinção do contrato por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE e à aplicação das penalidades cabíveis.

14.11. O CONTRATANTE poderá conceder prazo para que o CONTRATADO regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de extinção contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

14.12. Quando da extinção, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pelo CONTRATADO das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

14.13. Até que o CONTRATADO comprove o disposto no item anterior, o CONTRATANTE reterá:

14.13.1. a garantia contratual - prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias -, a qual será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria; e

14.13.2. os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

14.14. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte do contratado no prazo de 15 (quinze) dias, fica o CONTRATADO obrigado a emitir as guias de recolhimento de contribuições previdenciárias e do FGTS e entregá-las ao CONTRATANTE, que poderá efetuar o pagamento das obrigações inadimplidas diretamente aos empregados que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, deduzindo o respectivo valor do pagamento devido ao contratado.

14.15. O CONTRATANTE poderá ainda:

14.15.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

14.15.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

14.16. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

14.17. O contrato poderá ser extinto em caso de alteração da convenção coletiva de trabalho em que se baseia a planilha de custos e formação de preços contratuais, em razão de erro ou fraude no enquadramento sindical de que resulte a necessidade de repactuação ou imposição de ônus financeiro para a Administração Contratante, em cumprimento de decisão judicial.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES**

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

15.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

16.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I) Gestão/unidade: [xxxx];
- II) Fonte de recursos: [xxxx];
- III) Programa de trabalho: [xxxx];
- IV) Elemento de despesa: [xxxx]; e
- V) Plano interno: [xxxx]; e
- VI) Nota de empenho: [xxxx].

16.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS**

17.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO**

18.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA– FORO**

19.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Manaus, Seção Judiciária do Amazonas para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].



Documento assinado digitalmente  
**HENRIQUE DOS SANTOS PEREIRA**  
Data: 19/06/2026 21:00:54-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Representante legal do CONTRATANTE

\_\_\_\_\_

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-